

**Circulação de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos: migração, escolarização e alfabetização de adolescentes e adultos (Brasil e Galícia 1871-1936)**

**Bolsista:** Ana Paula Kameya Spinosa

**Programa:** Institucional FAFE

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maurilane de Souza Biccas

**Resumo**

Este relatório tem por objetivo demonstrar os resultados da pesquisa realizada com o apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, que vem sendo desenvolvida desde outubro de 2010 e se encontra em desenvolvimento. O projeto “Circulação de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos: migração, escolarização e alfabetização de adolescentes e adultos (Brasil e Galícia 1871-1936)” visa analisar o fenômeno migratório da Galícia para o Brasil e do Brasil para a Galícia, no período de 1871 a 1936, enfatizando a circulação de ideias, pessoas e objetos por essas sociedades e culturas, destacando as iniciativas de instrução e alfabetização de adolescentes e adultos empreendidas pelas sociedades beneficentes criadas nos dois países.

Parte de uma compreensão da relação entre os dois países no âmbito de uma história conectada, atentando para os seguintes eixos de interpretação: a) historiografia da educação sobre a temática no Brasil e na Espanha; b) circulação de pessoas, objetos culturais e modelos pedagógicos; c) culturas escolares, processos de escolarização e alfabetização (a escola compreendida na interioridade de seus processos e na relação com a sociedade).

Na perspectiva de se compreender as relações estabelecidas entre os diversos povos do mundo, desencadeadas a partir dos processos de (e)(i)migração, os

historiadores têm privilegiado a dimensão cultural como uma possibilidade de analisar as conexões tanto continentais quanto intercontinentais.

Gruzinski (1999, 2001, 2003) e outros autores pós-coloniais, que enveredaram pelos estudos de trajetórias de sujeitos anônimos e conhecidos que transitaram pelo novo e velho mundo, os definiam como “passeur” ou “passador”, pois circulavam entre várias e diferentes sociedades e culturas, extrapolando os limites até então colocados pelas fronteiras geográficas.

Ao falar sobre a *junção dos mundos*, Gruzinski (2006, p. 728) aponta que não faz sentido fazer uma distinção entre os miscigenados e os mestiços culturais, pois tanto os “colonizadores” quanto os “colonizados”, foram expostos do ponto de vista individual e grupal a culturas e modos de vida diferentes da sua origem:

Esses vaivens desenvolvem uma sensibilidade cultural à diferença, uma aptidão para variar os registros, assim como estimulam a capacidade de misturar ou para multiplicar as máscaras e as pertencas.

Assim, entrelaçando um jogo de escalas micro e macro, esses passadores foram produzindo sínteses a partir de diferentes representações sociais e históricas, traduzidas nas apropriações e circulação de saberes, objetos e culturas. A fundamentação da análise aqui proposta emerge dessas preocupações historiográficas, optando por uma história conectada ancorada na circularidade dos sujeitos, dos modelos pedagógicos e objetos didáticos, enfim, das relações existentes entre os dois países e das apropriações decorrentes em suas múltiplas escalas.

O estudo aqui proposto toma como base, no Brasil, a análise da organização e do funcionamento de duas instituições: a primeira criada na cidade de Santos, em 1895, denominada Centro Gallego Espanhol; a segunda é a Sociedade Hispano-brasileira de Socorros Mútuos Instrução e Recreio, criada em 1898, na cidade de São Paulo. Ambas desenvolveram atividades educativas dirigidas aos sócios, filhos de sócios e para os estrangeiros interessados. No caso de Santos, por exemplo, após seis anos de funcionamento, o Centro Gallego Espanhol

regulamentou as sessões de recreação, instrução e biblioteca, dando início as suas primeiras iniciativas educativas.

Palavras-chave: Imigração, Galícia, Alfabetização, Educação adolescentes e adultos

### **Objetivos do Projeto**

Este Projeto pretende investigar a circulação de pessoas, objetos e modelos educacionais produzidos na relação entre os galegos que migraram para o Brasil e que retornaram ao seu lugar de origem, para isso visa:

- Levantar materiais, métodos, espaços, tempos e sujeitos presentes nas aulas e cursos noturnos criados pelo Centro Espanhol de Santos e pela Sociedade Hispano-brasileira de Socorros Mútuos Instrução e Recreio, de São Paulo, a partir da frequência a arquivos e bibliotecas no Brasil e na Espanha;
- Acompanhar e analisar a circulação de pessoas, objetos e modelos pedagógicos, realizando levantamentos em arquivos e bibliotecas no Brasil, na Espanha e em Portugal;
- Investigar as várias formas de constituição e de apropriação, pelos sujeitos sociais, dos processos de escolarização do social na Espanha e no Brasil;
- Analisar as relações estabelecidas entre as instituições escolares formais e as criadas pela Sociedade de Instrução de Santos e pela Sociedade Hispano-brasileira de Socorros Mútuos Instrução e Recreio, de São Paulo, na perspectiva de compreender as múltiplas representações sobre a escola, escolarização e alfabetização presentes na sociedade;
- Investigar as estratégias de escolarização de adolescentes e adultos, atentando para as formas históricas de alfabetização dessas faixas etárias postas em circulação no Brasil e na Espanha, agenciadas pelas Sociedades de Instrução criadas nos dois países;
- Socializar e disseminar os resultados por meio de publicação de livro, capítulos de livros e artigos na imprensa periódica especializada nacional e

estrangeira, bem como em Banco de Dados informatizados, que serão produzidos a partir dos levantamentos e informações realizados pelas pesquisas de campo, contribuindo e facilitando a atuação de outros pesquisadores na área de história da educação. O site que já está no ar é o [www.usp.br/niephe](http://www.usp.br/niephe);

- Participar de Congressos e Seminários Nacionais e Internacionais, com apresentação de trabalho;
- Socializar e disseminar os resultados da pesquisa e a reflexão teórico-metodológica nos cursos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Educação da USP (FEUSP);

### **Referencial Teórico**

As fontes privilegiadas nesta investigação são: estatutos, atas e regimentos internos; periódicos brasileiros e estrangeiros, fotografias. Pretendemos ainda trabalhar com fontes orais. Estaremos realizando o levantamento documental no Brasil (Santos, São Paulo e Rio de Janeiro). No caso do levantamento documental internacional, foi realizada pela professora que orienta a pesquisa uma grande coleta de dados na cidade de Santiago de Compostela, na Espanha, em seu estágio pós-doutoral, realizado em 2009, que irá, em muito, contribuir com a realização desta pesquisa. Esse levantamento realizado na Europa indica também a necessidade de se realizar uma coleta de dados em Buenos Aires, na Argentina, segundo país que mais recebeu galegos e onde foram criadas inúmeras Sociedades de Socorros Mútuos também voltadas para a instrução dos galegos.

### **Atividades de Pesquisa desenvolvidas**

Esse primeiro momento da pesquisa recebeu atenção especial à investigação de fontes que permitissem coletar novos dados e informações relevantes à questão que objetivamos entender, permitindo ampliar as formas de se entender o processo das estratégias de escolarização adotadas nesse período, atentando tanto para as formas históricas de alfabetização desenvolvidas no Brasil e na Espanha, quanto aos processos históricos, sociais, entraves econômicos e

panoramas políticos que ambos os países atravessavam e que influenciaram diretamente na forma em que se deu a imigração e a educação de adolescentes e adultos. Além do investimento nessas leituras teóricas e metodológicas, que permitiram a reflexão e aprofundamento quanto ao objeto da pesquisa, ainda privilegiamos também a coleta de dados e fontes referentes ao estudo, encontradas e disponibilizadas na forma digital. Os documentos priorizados nessa etapa foram os relatórios dos presidentes da província de São Paulo, os quais podem ser encontrados na Biblioteca da Universidade de Chicago (EUA).

Ademais, como parte das atividades da iniciação científica, as quais têm por objetivo investir na formação dos pesquisadores iniciantes, participamos de:

- Sete reuniões de orientação com a professora Maurilane Biccas, que orienta a pesquisa, nas quais discutimos o projeto, indicação de bibliografia de apoio e a documentação.
- Participação nas reuniões do NIEPHE - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em História da Educação - durante esse período, realizamos leituras de alguns autores da área de história da educação, para discussão em grupo. Também discutimos capítulos das dissertações de algumas mestrandas e doutorandas, para conhecermos o que nossos colegas estão estudando na área. Além disso, recebemos a visita de alguns convidados, como Laerthe Abreu Junior e Anne-Marie Chartier.
- Análise e interpretação de todos os dados, fazendo tabulações de alguns dos materiais coletados.

#### **A) Sistematização das principais leituras**

Desde o início da vigência da bolsa, iniciamos o desenvolvimento do cronograma de trabalho da pesquisa. Nesse sentido, foi dedicada especial atenção às leituras que faziam parte do levantamento bibliográfico da mesma. Essa atividade foi

considerada uma das prioritárias, pois era de fundamental importância compreender a temática sobre imigração, especificamente, a galega, e os referenciais teóricos utilizados por pesquisadores brasileiros e espanhóis sobre essa questão. A seguir, descrevemos de forma resumida a síntese das obras que foram selecionadas para serem lidas e analisadas no contexto de compreensão do objeto de estudo da pesquisa.

*BICCAS, Maurilane. S.; VIDAL, Diana. G.. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970). Cultura e prática escolares. In: Diana Gonçalves Vidal. (Org.). Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920 - 1930. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, v. 1, p. 19-44.*

Esse texto apresenta o projeto "As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770- 1970). Cultura e práticas escolares.", desenvolvido por Diana Gonçalves Vidal e Maurilane de Souza Biccas, e que se tornou o eixo orientador dos trabalhos desenvolvidos pelo NIEPHE - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação.

Na primeira parte do texto, há a busca por se recontar a trajetória do NIEPHE, desde sua criação, em 1996 até os dias atuais. Para isso, as autoras versam também sobre os diversos projetos que foram se desenvolvendo no bojo do núcleo, e que o permitiu tomar a forma que tem hoje. Relatam também de que forma o grupo estabeleceu parcerias com institutos como o IEB, o CME até sua incorporação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Ao longo das mudanças ocorridas na trajetória do grupo, cabe ressaltar o projeto "Das Múltiplas Estratégias de Escolarização do Social à Constituição da Forma escolar no Brasil (1870-1970)". Esse projeto permitiu a definição do foco das iniciativas do grupo, refinar as categorias de análise e elaborar um recorte temporal e espacial, até que, em 2006, esse projeto foi alterado, dando lugar ao "As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770- 1970).

Cultura e práticas escolares." Ele está dividido em dois eixos, que buscam tratar das estratégias de escolarização da infância e estratégias de escolarização de adolescentes e adultos.

Para aprofundar o tema do trabalho, as autoras abrem uma pausa para uma explicação mais aprofundada acerca das categorias de análise que compõem o título, a começar pela cultura escolar.

As autoras definem cultura como um termo interdisciplinar, e ressaltam que o único consenso que se estabelece sobre esse termo é o seu caráter dinâmico, historicamente constituído e por sua natureza ser constantemente objeto de disputa. Assim também ocorre com a cultura escolar, perscrutando a internalidade dos processos que a escola constitui, bem como a lógica do funcionamento institucional e as ações dos sujeitos educacionais.

A seguir, as autoras esclarecem também os significados do termo "práticas escolares". Segundo as autoras, "as práticas escolares apresentam modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente. Isso implica dizer que elas não são jamais individuais."

As práticas são atos, operações que ocorrem no interior da instituição escolar. Isso implica obstáculos ao pesquisador que se dedica a estudá-las: a localização dos registros e a distinção epistemológica entre práticas e prescrição das práticas. Corre-se o risco de se enxergar, na materialidade dos documentos encontrados, apenas o empírico, sem levar em conta processos imperceptíveis de uso e operações com estes.

Por fim, é dedicada ao leitor a explicação sobre o termo "Estratégias de escolarização", que, segundo as autoras, preferem conceber esse termo nos modos como tanto o Estado quanto às organizações de grupos sociais organizam a escolarização, tais como: o movimento negro, igreja católica, lojas maçônicas, imigrantes e etc.

Na parte final do artigo, as autoras dedicam-se a detalhar os dois eixos principais do projeto, que são as múltiplas estratégias de escolarização da infância e as múltiplas estratégias de escolarização de adolescentes e adultos. Para isso, detalham o subprojeto e as pesquisas que foram realizadas pelos integrantes do grupo com o foco nos eixos articuladores do projeto principal, descrevendo as metodologias e os resultados encontrados.

*GONDRA, Jose Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.*

Os autores dedicam-se a entender os processos e os sujeitos da instrução no Brasil do século XIX, atentos para não serem rígidos durante análise com marcos temporais políticos e históricos, como a definição do começo do Império Brasileiro e seu fim - com o advento da República. Isso porque defendem que a história não se constitui por processos lineares e que não pode ser dividida de acordo com definições estanques. Assim, os autores optaram por analisar a história do Brasil no período imperial nas dimensões social, econômica e política, possibilitando oferecer elementos para um maior aprofundamento sobre o eixo principal do livro, que versa sobre a educação e instrução no período imperial. No desenvolvimento da análise, foi ressaltada com grande frequência a importância que a educação adquiriu naquele período, de formação de uma nação civilizada, que caminhava rumo ao progresso. Outra observação que os autores levam em conta se refere às várias formas de educação que foram implementadas, visto que não se limitaram em abordar apenas a educação formal e oficial (institucionalizada), como também aquela que se dava de forma informal, nos espaços público e privado, nas relações cotidianas, oferecidas por diversas instituições vinculadas às iniciativas religiosas, filantrópicas, militares, enfim de grupos sociais diversos, voltadas aos adultos, crianças, negros escravos ou libertos, índios, imigrantes pobres, elites, etc.



Portanto, ao descrever as tensões políticas e sociais que o Brasil enfrentava durante o Império, os autores discorrem ao mesmo tempo sobre o projeto educacional com o objetivo de construção da identidade nacional. O país passava por um período em que o sistema latifundiário e escravista predominava em seu território – destacam-se as grandes desigualdades econômicas e sociais em que se encontravam as vastas províncias, que acabaram por ficar responsáveis pela administração da instrução, apesar da distribuição dos recursos a elas destinados serem defasados em relação às demandas, ficando concentrados nas mãos do governo central.

Após a exposição minuciosa e detalhada sobre o panorama educacional brasileiro dos oitocentos, sua construção e forças de atuação, os autores dedicaram um capítulo para analisar as formas educativas, como as escolas elementares, os colégios, liceus, faculdades e academias, internatos, seminários, conventos e asilos.

Os autores também se dedicaram a estudar os sujeitos da ação educativa, dentre eles os professores, mulheres, negros, índios e crianças. Para cada sujeito, os autores analisaram as diversas configurações educacionais apresentadas pela sociedade, apontando seus objetivos e suas limitações no sentido de formar uma nação. Foram ainda enfatizados os obstáculos que se impuseram a cada grupo distinto, visto que, ao tratar de formas educacionais no Brasil imperial, jamais poder-se-ia generalizar o tema, dada a grande heterogeneidade da população e grande estratificação social do país.

*QUINTELA, Antón Corbacho. “A ACULTURAÇÃO E OS GALEGOS DO BRASIL”: O VAZIO GALEGUISTA”. Tese de Doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. 2009”.*

Nessa tese de doutorado, Quintela busca estudar as conceituações dadas no Brasil à aculturação e os efeitos da aplicação delas sobre os imigrantes galegos.

Além disso, deseja verificar de que forma a política assimiladora das identidades dos trabalhadores estrangeiros afetou a produção cultural dos imigrantes galegos. Para isso, investigou produtos culturais que pudessem conter vestígios de representação da cultura galega no Brasil.

O conceito de *aculturação* utilizado pelo autor se refere ao resultado que gera mudanças culturais nos indivíduos, mediante relação com outros grupos de pessoas nas quais se estabeleceu contato. Perante a aculturação, o autor ainda sugere outras quatro possibilidades de intervenção de identidade quando do contato com outros grupos: a assimilação, a separação, a integração e a marginalização.

Quintela lembra que foram poucos os imigrantes galegos que fixaram residência no país por motivos políticos. A maioria deles teve a saída de seu país de origem devido às circunstâncias econômicas, visto que não havia perspectiva de melhora nas condições econômicas da terra natal, e as políticas propostas para reverter o quadro fracassavam. O Brasil foi o terceiro país mais procurado por esses galegos, perdendo para Cuba e Argentina.

Na tese, o autor alega que o grande entrave para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa foi a localização de produção escrita – de qualquer gênero – pelos imigrantes galegos, dada a escassez de material desse tipo. Uma hipótese que ele levanta é a de que as políticas imigratórias brasileiras puderam, de certa forma, afetar a manifestação cultural dos estrangeiros. Durante o período das grandes imigrações no Brasil, o governo tomou medidas para a integração e abasileiramento dos estrangeiros, com o objetivo de evitar a formação de guetos e identidades exógenas, temendo a dissolução da ideia de nação. Esse movimento perdurou enquanto duraram os fluxos imigratórios, e se intensificou nos anos de 1930 e 1940.

No ano 1907, a *Lei Adolfo Gordo* regulamentou a expulsão daqueles que estivessem envolvidos em atividades subversivas e criminosas e, em 1921, entrou em vigor o Decreto n. 4247, denominado *Lei dos Indesejáveis*, que restringia a

entrada de estrangeiros considerados nocivos ao país. O temor estava relacionado a articulações políticas em torno do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. Algum tempo adiante, na Era Vargas, foi intensificada também a fiscalização em torno das associações culturais e recreativas de imigrantes, com rigoroso controle sob as ações educativas e culturais daqueles grupos. Algumas associações chegaram a serem fechadas por serem consideradas perigosas aos interesses nacionais. Em 1938, aprovada no Estado Novo, em 20 de agosto, pelo decreto n.3.010, ficou conhecida como lei dos 2/3, uma vez que exigia que duas terças partes dos trabalhadores contratados no país fossem brasileiros natos ou naturalizados. Nesse mesmo ano, foi aprovado o Decreto-lei n. 383, em 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil e proibia a existência de associações não mistas, isto é, que não aceitassem brasileiros como sócios, além da obrigação de serem presididas por um brasileiro e que só tivessem fins culturais, recreativos e beneficentes.

Outros acontecimentos político-econômicos que influenciaram no modo de vida do imigrante galego foram a Guerra Civil Espanhola, com a vitória dos nacionais; a II Guerra Mundial; a Grande Depressão mundial, da década de 1930; e a política nacionalista do Estado Novo. Portanto, conclui Quintela, a produção cultural dos imigrantes galegos foi bastante afetada pelas políticas nacionais, explicando em parte o vazio galeguista.

O autor demonstra ainda que havia um número reduzido de intelectuais, artistas e asilados galegos no Brasil, diminuindo a intensidade do fervor cultural e político desse grupo de imigrantes. A explicação para a escassez intelectual de imigrantes no país é, segundo Quintela, a preferência desses por outros países Ibero-americanos. Isso gerou um ciclo contínuo, pois uma vez estando assentados em outro país, convidavam seus pares, isto é, colegas de nível intelectual semelhante, a se dirigirem àquela determinada localidade, seguindo assim a cadeia migratória, em detrimento do Brasil.

Quanto à escassez de exilados políticos, o autor levanta a hipótese de que durante a Guerra Civil Espanhola e no pós-guerra, o governo brasileiro não dirigiu declarações de simpatia aos republicanos espanhóis que, por consequência, não buscaram no Brasil asilo político.

Quintela discorre sobre o hábito de vida dos imigrantes galegos que, em sua maioria, vinham ao Brasil com a perspectiva de acumular capital suficiente para retornar à Galiza. Essa é uma peculiaridade importante de se levar em conta quando analisamos os modos e os hábitos de vida do imigrante galego no Brasil, já que esse caráter transitório e temporário de sua estadia no país se reflete consideravelmente nas relações sociais, familiares, políticas e empregatícias em que estão envolvidos. Segundo Quintela,

“O autoconvencimento da sua transitoriedade permitiu que eles acreditassem, em primeiro lugar, na inutilidade de se assentarem plenamente e, em segundo lugar, no proveito do investimento na conservação dos elos com a pátria à que regressariam”.

Ou seja, para esses imigrantes, estar no Brasil significava apenas um recurso temporário para obter recursos financeiros, sendo assim, ofereciam grande resistência à aculturação aos modos de vida brasileiros. Quanto à moradia deles, Quintela lembra que:

“os únicos propósitos são o de proporcionarem um lugar para descansar após o trabalho da jornada e o de servirem para cozinhar, quando há tempo para o preparo de refeições domésticas e quando o custeio delas é mais barato que o consumo de comidas em um estabelecimento público. O imigrante tenta evitar qualquer gasto em comodidade e em decoração amparado na ilusão de que a sua residência só se prolongará por um período breve e de que o sentido da sua estadia no exterior é a acumulação e a remissão de poupanças.” (QUINTELA, p.156, 2009).

Já em relação ao trabalho, o autor lembra que o interesse do Brasil pela mão de obra imigrante se dava no âmbito das lavouras, interessado em atrair braços às fazendas agrícolas. Os imigrantes galegos, por sua vez, só sentiam-se atraídos pelas profissões urbanas.

O termo “galego” já era usado no Brasil antes mesmo da chegada maciça dos imigrantes, pois esse termo era usado, com caráter pejorativo, para designar os portugueses. O autor recorda o sentimento antilusitano que perdurava no Brasil. Após as ondas imigratórias de galegos ao país, esses ficaram associados à rusticidade e atraso, por virem de uma região carente de recursos, pobre e de cultura política pouco elaborada.

Em relação à cultura e aos movimentos de união em torno da preservação da cultura galega, Quintela relata que não foi criada uma associação federal de entidades formadas por imigrantes galegos. Aquelas que foram criadas no país não alcançaram nem sequer a projeção no âmbito estadual, restringindo seu nível de influência às cidades nas quais foram criadas. Além disso, nenhuma delas se dispôs a assumir o cargo de coordenadoria, fazendo uma ponte entre elas. Em relação aos periódicos, publicações e revistas, também não houve nenhum de projeção nacional, nem a pretensão de tornar-se porta-voz do coletivo espanhol.

O autor dedica-se a buscar vestígios de produção cultural galeguista de acordo com os Estados do Brasil. Em relação a São Paulo, Quintela analisa estudos referentes ao tema da imigração espanhola produzidos por paulistanos, como Boris Fausto, Julio de Revoredo, Alfredo Ellis e outros. Dentre as contribuições desses autores, destacam-se os novos dados referentes à imigração espanhola, como a predominância de imigração em grupos de “índole rural”, a resistência à assimilação da cultura brasileira, indivíduos com menor instrução quando comparados a outros imigrantes de outras nacionalidades, propensão a casamentos interétnicos, a associação deles aos operários reivindicadores e revolucionários. Em relação aos galegos, especificamente, o elevado número de imigrantes homens, preferência pela capital e núcleos urbanos.

O autor também aborda o tema do movimento operário no país, localizando estudos que apontavam a participação, ainda que singela, de imigrantes espanhóis. Segundo ele, em 1900 começara a circular, em São Paulo, um semanário socialista revolucionário em espanhol, “*El grito del pueblo*” e “*A Voz do*

*Trabalhador*”, jornais anarquistas do Rio de Janeiro. Quintela ainda lembra que o Primeiro Congresso Operário do Brasil teve lugar no Centro Galego do Rio de Janeiro.

São explorados também arquivos encontrados nas instituições culturais e de recreio criadas pelos imigrantes espanhóis. Dentre elas, destacam-se o Centro Galego-Centro Democrático Espanhol (resultado da fusão do Centro Galego com o Centro Democrático Espanhol, na década de 1950), que posteriormente veio a se fundir com a *Sociedade hispano-brasileira de socorros mútuos e instrução – Casa de Espanha*. Essa era a única associação espanhola com atividade deliberadamente política que estava comprometida com a oposição ao regime franquista, mas possuía poucos membros e escassos meios; o *Centro Republicano Espanhol de Santos*, fechado em novembro de 1937 pela polícia por ser considerado um foco de atividades comunistas; o *Centro Espanhol de São Paulo*, a *Casa da Galícia de São Paulo*, o *Centro Republicano Espanhol de Sorocaba*, etc. Segundo o autor:

“Observamos que esses clubes tiveram, como missão básica, a promoção do convívio entre os sócios em atividades de lazer e comprovamos que a sua vinculação a causas políticas espanholas foi anulada como consequência das proibições de engajamento político dos estrangeiros decretada durante a presidência de Vargas, unicamente mantendo um declarado objetivo político – a denúncia do regime franquista – um deles, o Centro Democrático Espanhol.”

Aponta ainda que os acontecimentos da década de 1930 – Guerras Civil Espanhola, Estado Novo, Grande Depressão – contribuíram para o enfraquecimento dessas instituições, ou ainda foram responsáveis pelo seu fim, devido às cisões e divisões geradas internamente. Além disso, começou-se uma rigorosa fiscalização por parte das autoridades brasileiras para que esses imigrantes espanhóis não se mobilizassem mais pelos acontecimentos relativos à sua pátria, devendo restringir os fins das suas associações ao recreio e às mutualidades assistenciais, orientando o trabalhador estrangeiro a se manter alheio às ideologias procedentes dos seus países de origem, exóticas para o Brasil.

O autor pontua a criação, em 1936, de uma escola de matrícula gratuita destinada à alfabetização dos filhos de imigrantes espanhóis, em Sorocaba, por iniciativa de José Pineda, professor de música, com a função social de recuperar jovens analfabetos que passava a vida dedicando-se à lavoura. Os alunos tinham entre 8 a 20 anos de idade.

Segundo Quintela, o valor simbólico dessa escola se dá por ser a única destinada especificamente ao ensino dos filhos dos imigrantes espanhóis e funcionou até o ano de 1970, quando foi inaugurado o Colégio Miguel de Cervantes, em São Paulo. A escola fechou pouco tempo depois, podendo ser um dos motivos a nacionalização do ensino promovida no Estado Novo. Não foi possível verificar se a grade curricular era semelhante a da Espanha e se a língua adotada era a espanhola.

Em relação à imprensa gerada pelos imigrantes espanhóis, o autor localizou exemplares de alguns periódicos, como *Diário Español*, *La Voz de Espana*, *La Nación* e *Alborada*. No Rio de Janeiro, Quintela analisou os periódicos *Lembranza de Galícia*, *La Estirpe*, *El Correo Galego* e *La Abeja*. Em Santos, localizou *La Ibéria*, *Diário de Santos* e *A Tribuna*. Esses periódicos tiveram existência efêmera, tanto que em 1940 já não havia nenhum mais em circulação, sendo uma das causas a proibição, no Estado Novo, que se editasse no Brasil imprensa em língua estrangeira.

Quintela conclui que:

“na sua maioria, os imigrantes galegos se comportaram estritamente como tais, isto é, como trabalhadores estrangeiros cuja presença no Brasil não se devera à demanda de realizações intelectuais, senão à execução de tarefas, próprias da mão de obra, na agropecuária, na indústria e nos serviços. Assim se tratando, a associação entre eles só aconteceu com fins empresariais, de socorros mútuos e de lazer, mas não culturais. As representações dos galegos feitas nos discursos de autores brasileiros, e de estrangeiros não-imigrantes, que comentamos mostram, predominantemente, sujeitos pacatos, de pouca cultura e sem inquietudes intelectuais, aferrados ao seu destino de imigrantes, ou seja, ao destino de sujeitos concentrados na sua missão de reunirem poupanças através da execução de qualquer tarefa relegada aos estrangeiros.”

Portanto, o autor conseguiu demonstrar significativamente que, de fato, o vazio galeguista existiu no Brasil e que não foi preenchido pelos imigrantes que aqui se acomodaram com o único objetivo de poupar dinheiro, com o sonho de retornarem à sua terra natal, mantendo-se alheios a quaisquer manifestações culturais profundas que refletissem os processos e transformações pelas quais estariam enfrentando em um país tão distante do seu.

*SILVA, Érica Sarmiento. O outro rio. A emigração galega a Rio de Janeiro. Santa Comba (A Coruña): tresCtres, 2006.*

Nessa tese de doutorado, a autora busca entender os processos da emigração dos galegos ao Rio de Janeiro durante o período de 1850 a 1970. A autora expõe as dificuldades de estudar esse tema, apesar de essa ser a terceira mais numerosa imigração ao país, isso ocorre porque a bibliografia sobre o tema é escassa, e as existentes dedicam-se aos estudos da emigração subvencionada e às zonas rurais, que não se enquadram no objeto de estudo da tese. O argumento que utiliza para a imigração galega é que se baseia numa imigração espontânea através de laços de parentesco e de cadeias migratórias. O perfil dos emigrantes galegos, segundo a autora, era o seguinte: eram pobres, mas não proletários; eram pequenos camponeses que mal viviam de umas terras, por uma parte, próprias e, por outras, sujeitas a rendas. O lavrador galego dispunha de algum bem próprio ou familiar que podia hipotecar para pagar os gastos da viagem, que se caracterizavam por dois mecanismos utilizados para emigrar: o primeiro, o parente que chama o emigrante, ou seja, as redes de solidariedade ou de parentesco; e o segundo, a forma de emigrar baseada numa emigração espontânea, por meio do financiamento familiar dos gastos da viagem. Além disso, essa emigração era temporária, visto que o objetivo final dos galegos vindos ao Brasil era o de retornar à sua terra, dado os seguintes motivos: as terras arrendadas que se objetivava comprar, o aumento do capital, o investimento na aldeia de origem e a família.



Sarmiento ainda defende que a emigração galega está profundamente relacionada a Portugal, principalmente nas províncias mais próximas ao norte de Portugal, como Pontevedra e Santa Comba, pois, antes de emigrar ao Brasil, os galegos realizavam a migração para as terras portuguesas e que, devido à recente colonização do Brasil, mantinha intensa ligação com o país americano. A autora ainda cita a grande semelhança que a cultura de ambos os países possuíam, causando por muitas vezes confusão entre as duas nacionalidades, uma das causas da invisibilidade galega no Brasil.

No Rio de Janeiro, atuaram principalmente como canteiros, padeiros, sapateiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros ofícios. Também estiveram presentes no setor terciário, como ocorreu nas outras cidades brasileiras, no pequeno comércio, cafés, bares e hotéis. Ainda houve emigrantes espanhóis que, por falta de trabalho, caíram na marginalidade, sem abrigo e renda.

A autora utiliza fontes importantes para o levantamento e análise dos dados, que coletou no Consulado Espanhol e no Hospital Espanhol. Ao longo de sua tese, expõe diversos dados que foram descobertos através dessas fontes documentais, permitindo à autora reconstruir diversas histórias de imigrantes galegos anônimos, mas que contribuíram para a formação da sociedade brasileira do século XIX. Sarmiento ainda reconstrói a história da Beneficência Espanhola e o Centro Espanhol, desde sua criação, modos de funcionamento, formas de sociabilidade entre os sócios, as taxas mensais, a administração, etc.

A autora ainda analisa de que forma as mudanças da política de imigração brasileira afetaram a vida dos emigrantes já resididos no Brasil. A Lei dos Indesejáveis, em vigor no começo do século XX, em que o Estado tentava controlar a entrada dos estrangeiros e o seu comportamento no cotidiano do país, bem como as manifestações culturais, que eram reprimidas pela política da época, marcaram uma época de repressão aos galegos e também expulsão de muitos deles. Além disso, havia uma atenta vigilância das autoridades policiais com

relação às sociedades estrangeiras, e um dos requisitos era a proibição da discussão de assuntos políticos nas reuniões efetuadas pela sociedade estrangeira. Era o período da ditadura nacionalista de Vargas, momento em que todas as associações estrangeiras estavam sendo vigiadas.

A autora explica que as grandes causas das expulsões estavam relacionadas a três fatores: os imigrantes mendigos, vadios; a ligação com movimentos políticos de esquerda, como o anarquismo; os donos de pequenos hotéis e pensões, que acabavam servindo como locais de prostituição. Sarmiento defende a hipótese de que os emigrantes galegos não eram profundamente ligados às questões políticas, visto que se caracterizavam um contingente migratório flutuante, ou seja, que viam o Brasil como um meio de vida temporário até conseguirem juntar recursos econômicos suficientes para retornar à sua terra de origem. Outro aspecto que os faziam evitar manifestações de protesto contra o sistema era a forma de organização de trabalho dos galegos que:

“estava baseada em laços de parentesco. Os primeiros trabalhos giravam em torno das indicações recomendadas por patrícios e à medida que o emigrante melhorava suas economias, se passava a outro estágio, que era o de comprar um pequeno negócio, que, por sua vez, também podia ser em sociedade com outros galegos. Uma vez se tornavam proprietários, esses galegos repetiam as mesmas experiências que os primeiros patrícios, empregando ou indicando novos conterrâneos que chegavam. Essa relação de compromisso e afetividade fechava um círculo que era difícil de romper. Envolver-se com os movimentos operários significava apoiar aos trabalhadores de todas as nacionalidades, cortarem relações com patrões que podiam ser seus próprios parentes ou vizinhos e ir contra dessa ordem estabelecida pela comunidade galega. Era uma mobilidade sócio-profissional que passava de empregado a patrão e uma vez que se tornavam donos do seu próprio negócio também a posição política e ideológica mudava de postura.”

A autora defende a hipótese de que muitos emigrantes foram expulsos do país injustamente, e aqueles expulsos por levarem uma vida de “vadiagem” na verdade eram vítimas do sistema político e social brasileiro, que não oferecia alternativas de sustento e sobrevivência a essas pessoas.

Ao estudar esse tema, a autora traz contribuições significativas a história da emigração galega, devido ao grande número de fontes utilizadas e devido à grande abrangência do foco de seu estudo, que não se limitou apenas em analisar os emigrantes no Rio de Janeiro, mas também seus contextos de vida anteriores à emigração, ao estudar o panorama político e social da Galiza e, ainda, outros destinos emigratórios, como outros Estados brasileiros e outros países americanos.

*COSTA RICO, Antón. Emigrantes, escuelas y regeneración social: los emigrantes gallegos a América y el impulso a la educación (1879-1936). Revista Brasileira de Historia da Educação, No. 16, janeiro/abril, 2008, p. 13-45.*

Nesse artigo, o autor discorre sobre a migração galega à América de 1879 a 1936. Segundo ele, um milhão de galegos chegou às terras americanas nesse período, sendo considerados os imigrantes de maior densidade.

O autor analisa a migração e sua relação com os impulsos educacionais que tanto a Galícia quanto os países que receberam esses imigrantes sofreram. Os galegos que migraram de seu território se dirigiram principalmente a Cuba, Argentina, ao Uruguai e Brasil e, posteriormente, ao México, Panamá e a Venezuela. O que impulsionou e os motivou a deixarem a Galícia foram as profundas transformações das estruturas econômicas que a região sofreu, dentre elas a estagnação das estruturas produtivas agrárias ou sua modernização insuficiente, além da escassa industrialização e comércio pouco desenvolvido. Viam na vinda à América a possibilidade de trabalho e certa monetização.

As características mais comuns do emigrante galego eram: homens jovens, com alguma alfabetização, que procederam da economia agrária e que se instalaram nas cidades, em setores como comércio e trabalhos urbanos. (Porém, uma pequena parte se dirigiu às fazendas cafeeiras e açucareiras). Na maioria das vezes, acabava ocupando postos de trabalho de baixa consideração social e de

remuneração inferior, isso, pois possuíam pouca formação para o trabalho e seu domínio deficiente do espanhol (com exceção do emigrante que veio ao Brasil).

Em determinado momento do artigo, o autor se demora a contextualizar o panorama político da Espanha. Segundo ele, em meados de 1860 e 1870, se vivia um clima de liberalismo democrático (devido à constituição política da Primeira República). Mas, em 1875, se restaura a monarquia e, por mais que houvesse se mantido o constitucionalismo político, o controle passou a ser detido pelos conservadores, que baniram expressões de liberdade. Isso fez com que pessoas com preparação acadêmica considerassem a vinda à América para seu desenvolvimento profissional.

Um dado importante que o autor ressalta é quanto à visibilidade do imigrante galego. Na Argentina, Uruguai e outros países, eram considerados galegos todos os imigrantes espanhóis que aportavam em suas terras. Ao contrário do Brasil, que apesar de sua importância numérica, eram confundidos com os imigrantes portugueses.

As dificuldades encontradas pelos imigrantes em terras americanas (como a pouca formação técnica para o trabalho e o domínio escasso da língua espanhola) foram deixando perceptível a necessidade de se elevar as competências culturais e criarem grupos de associação. Em 1871, fundou-se em Buenos Aires a Sociedade de Beneficência; em 1879, o Centro Galego; no final do século XIX, fundam-se as "Casas de Galícia" em Havana. Essas Sociedades foram criadas com o objetivo de manter os vínculos de sociabilidade entre os galegos e para desenvolverem tarefas sociais, de auxílio mútuo e cultural, e funcionavam da seguinte maneira: as sociedades de Instrução deveriam criar uma delegacia e nomear representantes que residissem em sua região na Galícia para serem delegados, para que, assim, através desses delegados, quando não fosse possível que alguém da Sociedade fosse diretamente à Galícia, executassem as tarefas e projetos previstos.

Essas entidades muitas vezes se uniam para construir edifícios escolares em

seu lugar de procedência na Galícia. Além de contribuírem com financiamento para obras em sua região, ainda compravam terras, abriam escolas, incentivavam a modernização agrícola. Além disso, da América também chegavam periódicos e revistas, que falavam sobre sociedades urbanas, cuidados de higiene, moda e presença social da mulher. Portanto, da América vinham ideais filosóficos e políticos, sem a censura dos poderes políticos e religiosos locais. Ainda, continua o autor, retornam à Galícia os emigrantes que de lá saíram outrora e que agora retornam com espírito para se tornarem líderes dispostos a intervir na reforma social e política da sociedade.

Os reflexos na Galícia foram sentidos desde os primeiros anos do século XX, observados a partir de uma intensificação do movimento trabalhador, um avanço no processo de republicanismo, na constituição de um movimento agrário, enfim, com muitas lutas e manifestações.

Outro movimento de grande importância que chegou à região foram as ideias pedagógicas, em particular as da Escola Nova, oriundas principalmente da Argentina, por meio das Sociedades de Instrução. Essas escolas, criadas com o financiamento das entidades *americanas*, tinham suas matrículas preferencialmente cedidas às crianças da região, com prioridade às de família pobre e às de família que tivesse, de algum modo, laços com a Sociedade. Além de escolas, foram criadas salas de ensino técnico, bibliotecas e escola para adultos e adolescentes, a fim de facilitar o acesso aos conhecimentos úteis na agricultura e ou comércio (para o trabalho na Galícia ou para a emigração).

O plano de estudos seguia o programa oficial da Espanha, mas com frequência modificavam ou alteravam algumas disciplinas. (Como exemplo, a eliminação de disciplinas de caráter religioso, por priorizarem uma educação neutra e aconfessional).

O autor enumera os ideais educativos predominantes, como:

- A educação como instrumento de regeneração social;

- A educação a serviço do desenvolvimento de uma consciência ética;
- O respeito à livre consciência individual, com neutralidade religiosa, sem que isso implique em um compromisso com o laicismo;
- Visão integral da educação;
- Ensino prático e intuitivo.

O autor explica que, a partir dos anos 20, se iniciou um movimento de maior alfabetização, principalmente feminina, que até então era muito baixa. Os emigrantes constataram que um maior grau de alfabetização correspondia a maiores oportunidades em relação a emprego e remunerações. Além disso, com o letramento, era possível manter o contato particular entre o emigrado e seus familiares e amigos que ficaram na Galícia. O autor credita a hipótese de maior alfabetização feminina, a partir dos anos 20, às grandes quantidades de revistas e boletins dedicados à mulher galega.

Ainda em relação ao processo de escolarização, o autor relembra um dos males que afligia a Galícia anteriormente, que eram as altas taxas de evasão escolar, pois as crianças dedicavam-se ao trabalho no campo e à pesca.

Segundo o autor, as escolas criadas pelas Sociedades de Instrução (ou pelos "indianos") apresentavam condições de mobiliário e equipamento escolar e, ainda, proporcionavam proximidade, que as fazia mais atrativas e mais eficazes, apesar da oposição que faziam a elas os poderes políticos locais e os setores eclesiásticos. Porém, sob elas recaíam críticas, como a de ser voltadas para a preparação de jovens com predisposição a emigrarem para a América – como haviam feito seus familiares – chegando ao ponto de serem chamadas de "escolas de emigrantes". Isso provocou reações por parte de setores ideológicos regionalistas e nacionais, que diziam que essas escolas deviam pôr-se a serviço do desenvolvimento econômico e social, por uma Galícia sem imigração.

Assim, indo por essa direção, algumas das associações e Sociedades davam passos concretos para transformar as escolas em centro de formação de

economia agrícola e rural, ensinando o idioma, a literatura, a história e a geografia da Galícia.

Porém, conforme cita o autor, no ano de 1936, os franquistas tomaram o poder e interromperam esse processo, assim paralisaram as iniciativas e experiências escolares que levariam ao desenvolvimento econômico, social e educacional da Galícia.

*BELLOTTO, Manoel Lelo. “A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936)”*

Nesse artigo, o autor busca analisar as conjunturas e o perfil do processo migratório, especificamente da migração espanhola e seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos e demográficos.

O autor destaca o grande fenômeno migratório, iniciado no século XIX e que se estendeu pela primeira metade do século XX, período marcado pelas crises econômicas e políticas e pela superpopulação na Europa e na Ásia. Soma-se a isso, a demanda de povoamento e de mão de obra para as crescentes economias americanas. Tais fatores, especialmente os ligados à alteração do regime de produção dos países europeus, criaram uma massa de desempregados, chamados de excedentes populacionais e sociais, que viam na emigração a solução para a questão da decadência econômica.

Nos anos iniciais do século XX, os reflexos da emigração massiva começaram a ser percebidos pelos governos dos países fornecedores de mão de obra, que adotaram medidas a fim de definir mecanismos de controle e limitação da emigração, buscando evitar o prejuízo que as saídas em larga escala traziam. Portanto, a política migratória sofreu variações significativas, desde o estímulo às saídas até a instalação de decretos restritivos, como o Real Decreto de 26 de agosto de 1910, na Espanha, que proibiu o transporte gratuito dos emigrantes ao

Brasil.

Tratando-se especificamente da emigração espanhola, o autor descreve o perfil de cada período migratório espanhol, definindo fases que carregam características próprias, variando de acordo com o período histórico e conjunturas socioeconômicas e políticas. A fase que o autor busca compreender é a que Perez (1978) chama de “emigrações abertas”. Tal período, marcado por dificuldades econômicas e a epidemia agrícola, motivou o governo espanhol a buscar o melhor destino aos imigrantes espanhóis, elegendo o Brasil, particularmente São Paulo, como país adequado a receber tais trabalhadores. Desde esse período, que se iniciou com estímulo e facilidades governamentais, até o período de baixas demográficas, marcado pelas restrições e proibições oficiais à imigração, deixaram a Espanha cerca de 300.000 emigrantes.

A região sudeste e sul do Brasil tornou-se atraente para o movimento migratório a partir de algumas transformações, tais como a introdução de linhas férreas, o crescimento do mercado interno, o desenvolvimento da cultura cafeeira em decorrência do vulto da exportação do café, a abolição da escravatura, o fim da Guerra do Paraguai e a implantação da República.

Porém, o estímulo mais forte à imigração no Brasil se deu devido à possibilidade do fim da mão de obra escrava na agricultura. A abolição do Tráfico Negreiro em 1850 criou a necessidade de se pensar em uma fonte alternativa de mão de obra. Nesse período, implementaram-se, no país, as primeiras colônias de parceria, trazendo inicialmente trabalhadores portugueses, alemães e suíços.

Outro fator determinante para a expansão do fluxo migratório ao Brasil foi, no mesmo ano da Lei de Abolição do Tráfico Negreiro, a Lei das Terras, que regulamentava as terras devolutas para novos fins, interessando aos grandes fazendeiros a expansão de sua cultura do café. A expansão da imigração acompanhou intimamente a expansão do café.

A vinda dos imigrantes se dava de forma espontânea ou subsidiada, e muitos



deles destinavam-se ao setor rural. Em 1886, criou-se em São Paulo a Hospedaria de Imigrantes, que encaminhava de forma ordenada esses trabalhadores para fazendas ou Núcleos Coloniais, instalados geralmente em terras devolutas, na tentativa de torná-las produtoras.

Os primeiros anos do século XX ficaram marcados pelo descontentamento dos imigrantes, que começaram a voltar ao seu país de origem ou a buscar novos países, como os da região platina. Isso gerou uma reação do governo brasileiro, que passou a oferecer melhores condições aos imigrantes. O movimento migratório também sofreu danos, dado o clima de incerteza que a lavoura cafeeira enfrentava e a propaganda negativa que a imprensa italiana e espanhola espalhava, porém só houve uma queda considerável no fluxo às vésperas da Primeira Grande Guerra.

O autor delimita seu objeto de pesquisa ao Estado de São Paulo, utilizando majoritariamente o Arquivo da Hospedaria dos Imigrantes como acervo e fonte de pesquisa, já que ali era um local que acolhia o imigrante recém-chegado ao país, antes de seguirem para as fazendas cafeeiras ou Núcleos Coloniais.

Belloto também fornece o quadro político e econômico que a Espanha enfrentava em meados de 1930, contextualizando também a crise econômica pela qual o mundo passava, bem como a desarticulação do setor cafeeiro no Brasil e a Era Vargas.

*KREUTZ, Lucio. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) “ 500 Anos de Educação no Brasil”. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.*

Nesse texto, Kreutz busca analisar a contribuição e as peculiaridades dos diversos grupos étnicos que emigraram ao Brasil a partir do século XIX, em relação à educação e à manutenção das características étnico-culturais de seu lugar de origem. Dada a grande heterogeneidade, tanto entre as nacionalidades quanto

inclusive em uma mesma, cada grupo possui suas especificidades; portanto, apresentaram dinâmicas diferentes em sua postura em relação à educação, isto é, iniciativas em relação à conservação e manutenção de especificidades culturais, tais como língua, organização religiosa, tradições, etc.

Além dessa preocupação com a tradição cultural, muitos grupos de imigrantes, provindos de forte tradição escolar, sendo alfabetizados e cientes da importância da escolarização, não encontravam no Brasil escolas públicas e, por isso, tomaram a iniciativa de construção de escolas comunitárias ou escolas étnicas.

Tal análise refere-se ao período de 1820 até 1939 que, segundo o autor, foi marcado por acentuado nacionalismo, terminando essa experiência sistematizada de escolas étnicas de forma compulsória e conflituosa.

Para melhor compreensão do panorama brasileiro, o autor descreve os motivos pelos quais a imigração no país foi estimulada: proclamada a República brasileira, o discurso em pauta era o projeto de nação, interessando a expansão do povoamento, crescimento das cidades e progresso. A ocupação dos vastos territórios, de forma a garantir as fronteiras, especialmente as do sul, além do interesse de branqueamento da população foram alguns dos aspectos que motivaram o interesse pela mão de obra europeia.

Os grupos de imigrantes que chegavam ao país se reuniam em núcleos etnicamente homogêneos, de modo a facilitar a organização religiosa, social e escolar.

A necessidade de construção da ideia de nação se relaciona com a tendência, predominante no Ocidente, a partir do final do século XVIII, de afirmação de unidade. Buscava-se a universalização no conceito de povo e nação em detrimento das especificidades e diferenciações culturais. Segundo Kreutz:

“A escola foi chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, sendo ao mesmo tempo um elemento de incentivo à exclusão de processos identitários étnicos. Em relação às diversas etnias construía-se uma

representação que melhor correspondesse à edificação do projeto nacional. Independentemente de origem social e cultura, de experiências vivenciadas, o aluno era simplesmente aluno, retratando pouco a diversidade.” (KREUTZ, p. 352, 2000).

Dessa forma, a promoção da escolarização dentro do movimento de formação dos Estados Nacionais esteve ligada fortemente à interiorização da ideia de identidade nacional, em uma perspectiva de monocultura.

O autor lembra que as iniciativas relacionadas ao processo escolar dos grupos étnicos devem ser entendidas dentro da perspectiva de um processo histórico, que envolve conflitos e interações e se refere sempre a algo dinâmico que se rearticula de acordo com os processos identitários dentro do momento histórico da nacionalidade. Além disso, cada grupo de imigrantes possui uma tradição escolar diferente. Isso pode ser observado pelo índice de alfabetização dos indivíduos que variava consideravelmente de acordo com a etnia.

Outro aspecto que deve ser considerado quando se analisa o processo escolar entre imigrantes no Brasil é a sua dinâmica de inserção no país. Muitas vezes, os imigrantes estabeleciam-se em núcleos homogêneos, formando colônias que possuíam pouco contato com a população nacional. Dessa forma, organizavam-se de forma a estruturar, em suas comunidades, condições comunitárias e serviços locais como comércio, artesanato e atendimento religioso e escolar.

Tais iniciativas de administração do processo escolar dos imigrantes eram estimuladas pelo governo de diversos estados, uma vez que o sistema público educacional brasileiro era precário e não poderia oferecer atendimento em suas escolas públicas a todos.

Kreutz lembra que as escolas étnicas se desenvolveram de forma pacífica, contando inclusive com apoio governamental, até a Primeira Guerra Mundial. A partir da década de 20, o número de escolas étnicas cai expressivamente no Estado de São Paulo, que era o centro da discussão do projeto de nação brasileiro. Em outros estados, principalmente aqueles do meio rural, o número

dessas escolas aumentou até a década de 30. Nesse período, já se começou o que o autor denomina de “nacionalização preventiva”, em que o governo abria escolas públicas perto das étnicas, ainda sem impedir a iniciativa dos imigrantes. A partir daí, a política nacionalista ganhou força e, cada vez mais, as escolas étnicas eram vistas com restrições. Em 1938, inicia-se o processo de nacionalização compulsória, fechando ou transformando em escolas públicas essas escolas dos imigrantes.

Durante a Primeira Guerra Mundial, as restrições governamentais estavam relacionadas à proibição do uso de idiomas que não o português e impedindo a imprensa dos imigrantes. A partir de 1918, a nacionalização do ensino promoveu a expansão da escola pública. O final da década de 30 ficou marcado por decretos e legislações que coibia a criação de escolas dos imigrantes para imigrantes.

O decreto 406 de maio de 1938 ordenou que todo material usado na escola elementar fosse em português, que todos os professores fossem brasileiros natos, que nenhum livro, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira e que o currículo escolar tivesse instrução adequada em história e geografia do Brasil. O decreto 1006, de 10 de dezembro de 1939, ordenava a inspeção de todos os livros usados na rede escolar. Já o decreto 1545, de 25 de agosto de 1939, o mais importante desse movimento de nacionalização, orientava os secretários estaduais de Educação a construir e manter escolas em áreas de colonização estrangeira, estimular o patriotismo, fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras, proibir as escolas de ter professores que não fossem brasileiros, bem como de discursar em língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas.

Em sua maioria, as escolas étnicas eram comunitárias, particulares ou pertencentes a uma congregação religiosa. Com exceção de São Paulo, a maioria das escolas étnicas era de núcleos rurais.

Kreutz destaca que, para compreendermos corretamente o processo do fim das escolas étnicas, devemos compreender que as medidas de nacionalização compulsória apenas precipitaram um processo de transformação que já vinha

ocorrendo. A tensão entre a afirmação do processo identitário étnico e o processo de formação do Estado-nação foi fundamental para o fechamento dessas escolas, porém, concomitantemente a esse processo, outras mudanças estavam em curso: os imigrantes sentiam a necessidade de dominar a língua portuguesa para estarem aptos a enfrentar os desafios profissionais. Dessa forma, muitas crianças estrangeiras ingressaram à escola pública brasileira. Além disso, os meios de comunicação e transporte permitiram o contato maior com a população nacional, diminuindo o isolamento desses núcleos e transformando as relações socioeconômicas.

#### **B) Levantamento dos relatórios dos presidentes da província de São Paulo (século XIX)**

Neste item, procuramos levantar e analisar os relatórios dos presidentes da província, disponíveis no site [http://www.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o\\_paulo](http://www.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo), da Biblioteca da Universidade de Chicago, dos Estados Unidos, acessado a partir do dia 8 de janeiro de 2011. O objetivo foi o de verificar como o tema da imigração estava sendo pautado e debatido na província, no período de 1830 a 1930, portanto, antes e durante a chegada das grandes levas de imigrantes para o Brasil e, especificamente, para São Paulo.

Os documentos analisados são relatórios, discursos e mensagens proferidos pelos presidentes da província em ocasiões políticas, como em aberturas de Assembleias Legislativas, entre outros. Dirigimos nosso olhar, especialmente, aos relatos acerca da imigração no Brasil. Para tanto, rastreamos, dentre os conteúdos dos discursos, os dados referentes ao tema. Encontramos os primeiros registros que tratavam da questão da imigração e da criação de colônias de imigrantes na província paulistana, que surgem no ano de 1854, no *Relatório de abertura da Assembléa Legislativa de 16 de fevereiro* daquele ano. Nesse discurso proferido pelo presidente provinciano, encontramos o relato da situação de algumas

colônias que receberam trabalhadores estrangeiros, dizendo que os proprietários não se arrependiam de ter recebido a mão de obra imigrante em suas fazendas, apesar de que o retorno do investimento ainda não havia chegado. Relata ainda casos de revoltas dos trabalhadores contra os fazendeiros, porém diz que essas são situações pontuais que poderiam ser evitadas. O presidente lembra que o fato de o tráfico de escravos africanos ter sido extinto enfraqueceria e diminuiria a mão de obra para a lavoura; foi enfatizada a necessidade da transição de força humana do trabalho escravo para o imigrante. Ainda aponta que o país, por ser um território vasto e cheio de oportunidades de trabalho, atrairia conseqüentemente imigrantes espontaneamente, pessoas com ambição de obter melhores condições de vida.

No ano seguinte, no discurso *senhor Dr. José Antonio Saraiva, presidente da província de S. Paulo, no dia 15 de fevereiro de 1855, em ocasião da abertura da Assembléa Legislativa*, a questão da emigração também aparece: o presidente relata o contrato que estabeleceu com a CASA VERGUEIRO & CO, em que se comprometeu a importar mil colonos, recebendo o empréstimo de 25.000\$00 rs. A vantagem nessa importação estaria no desenvolvimento comercial da casa e na comissão que receberia por cada colono que aportasse. O relator destaca a necessidade de estimular a imigração, enfatizando que centavos economizados poderiam trazer arrependimentos futuros, quando verificassem o desenvolvimento e o aumento da produção advindas dos braços dos imigrantes. Reforça ainda que deveria ser favorecida, sobretudo, a imigração alemã, por se tratar de trabalhadores amigos do trabalho, distintos em seus hábitos, pelo seu espírito monárquico e respeito ao princípio da autoridade. Essas características, explica o presidente, são fundamentais, uma vez que, “a colonização pode influir grandemente nos destinos do Império (...) tratemos com preferência de convidar para o país uma população affecta aos hábitos de ordem e de trabalho, como predisposta a cultura da inteligência.” (p.19, 1855). Na sequência, o relator retomou a história da origem das colônias, citando que eram divididas em dois períodos: de 1827 a 1837, início e fim das primeiras colônias, e seu reinício, a partir de 1840. Nos primeiros anos, chegaram à província 926 colonos, que

seguiram por diversas províncias do Império. Cada colono adulto recebia o subsídio de 180 réis diários e 80 réis para cada filho menor. Cada família recebeu 400 braças de terras, além de outras séries de benefícios garantidos em contrato, como:

- Alimentação à custa do Estado, por um ano e meio;
- “Donativo de *gado vaccum, cavallar e lanígero*, que devia ser restituído no decurso de quatro anos, na mesma espécie, ou no respectivo valor”;
- Propriedade nos terrenos por eles cultivados;
- Isenção de impostos por oito anos em favor dos colonos trazidos pelo Estado e por dez anos quando imigrados por sua custa;
- Obrigação de prestar serviço militar, se necessário, e de recrutamento de seus filhos;
- Direito de auxilio médico e religioso pagos pelo Tesouro Nacional.

Em 1828, é cessada a remessa de mais colonos, pois o custo relativo aos 926 já remetidos havia se tornado muito pesado para os cofres públicos. Em 1837, chegaram mais 27 colonos e suas famílias, com o objetivo de trabalharem na construção da estrada de Santos. Em 1838, aportaram mais 277 indivíduos, inclusive 59 mulheres e filhos para o trabalho na província santista.

O segundo momento da imigração foi caracterizado pela formação de diversas colônias, importando mão de obra europeia para trabalhar nas fazendas agrícolas do país.

O presidente declarava sua esperança de que, em um breve período, começariam a surgir no país imigrantes que iriam custear suas próprias vindas, ou seja, acreditava que chegaria o momento em que haveria uma emigração espontânea, que o Brasil seria objeto de interesse daqueles que almejavam *fazer a América*. Adquirir uma propriedade era o maior desejo de todo colono, e essa possibilidade deveria ser examinada com prudência, devendo ser previsto que seria necessário

um balanço para verificar se isso seria uma boa parceria para o país, enfim, se essa seria uma política acertada.

No discurso de *Antonio Roberto d'Almeida, vice-presidente da província de S. Paulo*, que abriu a *Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856*, também encontramos relatos quanto à questão da imigração. Nele, o vice-presidente faz esclarecimentos sobre a entrada de novos colonos na província e ainda comunicou um regulamento enviado por meio de aviso do Ministério do Império, de 29 de novembro de 1856. Os informes versavam sobre as subvenções direcionadas aos novos colonos, que passariam a ser assumidas pelo governo Imperial, desde que o empresário, por venda ou aforamento, estabelecesse lotes de terra de extensão regular, assim poderia ser evitada a vinda de pessoas para terras improdutivas ou que ficassem abandonadas. O discurso ainda enumerava as colônias existentes no país, relatando o número de colonos abrigados e o nome do responsável por cada uma delas.

Em 1858, o presidente da província de São Paulo, *José Joaquim Fernandes Torres*, discursa na abertura da Assembleia Legislativa sobre a questão da imigração. Ele demonstrou sua preocupação pela falta de braços na lavoura e alegava que a colonização era o meio mais profícuo para sustentar a agricultura. Porém, ele faz a ressalva de que muito ganharíamos se colonizássemos os brasileiros–indígenas, ao invés de buscar mão de obra europeia. Em seu discurso, alegava que as experiências que tomou conhecimento – fazendeiros que se propuseram a abrigar braços de brasileiros em sua lavoura – foram excelentes, e que a nação não deveria gastar fortunas em importar braços estrangeiros quando se encontra disponíveis muitos indígenas para o trabalho agrícola. Segundo ele, os estrangeiros desconhecem a ordem e a submissão ao trabalho e, ainda não se pode conhecer previamente a índole e os precedentes daqueles que se dará terra, alimento e trabalho. No final de seu discurso, esclareceu que as melhores opções de imigrantes deveriam ser os portugueses e alemães, pela similaridade da língua, hábitos, dedicação ao trabalho e facilidade em adaptarem-se aos costumes brasileiros. Em relação às colônias já existentes, disse que expediu um pedido aos



proprietários das mesmas solicitando informações sobre: sexo, naturalidade, profissão, etc. Ao final, concluiu que não há ainda consensos quanto ao melhor sistema de colonização, alguns proprietários optavam pela parceria e outros pela locação de serviços.

No ano seguinte, 1859, na mesma ocasião, o presidente reafirmou seu desejo pela colonização pátria, dizendo que os índios se encontravam em situação de perigosa ociosidade. Acrescentava ainda que a colonização estrangeira não despertava mais o interesse entre os fazendeiros paulistas, que já não a buscavam com tanto ardor. Ele citou o exemplo que ocorrera no porto de Santos, em que chegaram ao país 800 estrangeiros, porém apenas oito foram requisitados por proprietários de terra, apesar de toda facilidade que o Governo Imperial havia concedido. Ao tratar das colônias, relatou as desavenças e problemas que ocorreram entre proprietários e colonos, dizendo que alguns colonos receberam punição de acordo com a Lei de 11 de Outubro de 1837. O presidente concluiu enfatizando o quão problemática era a colonização estrangeira e disse que muitos fazendeiros preferiam pagar grandes quantias que equivaliam a anos de renda na compra de escravos africanos. Em 1860, José Joaquim Fernandes Torres discursou novamente na abertura da Assembleia Legislativa, comparou o número de imigrantes que se dirigiam a outros países da América, muitos menos férteis que o Brasil, mesmo assim recebiam mais imigrantes. No entanto, destacou em 1858 que, mesmo sem a subvenção, o Brasil recebeu um número expressivo de imigrantes. O presidente concluiu que não havia colonização estrangeira sem subvenções, e, portanto, não deveríamos esperar a imigração espontânea. Novamente demonstrou preocupação pela falta de braços na agricultura e reiterou que a solução estava na colonização pátria, isto é, dos índios e brasileiros pobres.

No *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província de São Paulo na 1.a sessão da 14.a legislatura pelo presidente, doutor João Jacyntho de Mendonça*, alegou-se que existiam na província 20 colônias, com 2356 colonos, sendo 1204 homens e 1152 mulheres. O relator se preocupou com a notícia do

fechamento de duas colônias, que poderia repercutir em boatos na Europa, tendo como consequência a diminuição da imigração.

O *Relatório de 1866* prestou conta da situação de algumas colônias, como Iguape e Avanhada. No *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na 1.a sessão da décima sexta legislatura do dia 3 de fevereiro de 1866 pelo presidente da mesma província, o Dr. João da Silva Carrão*, referiu-se às colônias como “aglomerações de famílias transplantadas, que constituíam populações de estrangeiros sem coesão entre si, e estabelecidas em localidades sem as condições essenciais com que tais colônias podem vingar e prosperar”, alegou que nenhuma vingou, com exceção da colônia de São Leopoldo.

O relatório ainda retomou o objetivo e a vantagem da imigração estrangeira:

“Começou como em reação na província a agitação da iniciativa individual, para promover a imigração européia, não com o fim de fundar colônias permanentes, mas de fornecer braços aos estabelecimentos agrícolas, de que começavam a sentir falta pela cessação do trafico de africanos. Este sistema podia apresentar grandes resultados tanto para os proprietários porque podiam ter seus estabelecimentos povoados de trabalhadores laboriosos, como para estes porque durante o tempo que trabalhassem sob a direção dos proprietários aprendiam os métodos de trabalho conforme a cultura do País podiam aperfeiçoá-los e, com ordem e economia adquirir pecúlio, e, sobretudo adquirir conhecimento dos recursos que podiam tirar das circunstancias do país.”

Porém, cita o relator,

“contratados na Europa, sem conhecimento algum dos serviços a que vinham dedicar-se, e chegando aqui cheios de ilusão (...) e achando-se sob o império de uma legislação deficiente, tanto para proteger os proprietários como os imigrantes em seus interesses legítimos (...) começaram logo a manifestar que as circunstancias da província, juridicamente consideradas, não eram favoráveis a imigração assim provida. (...) A falta do aparecimento dos resultados esperados, exagerada pela decepção abalou o espírito publico em vários estados da Europa, por motivos especiais operava-se a imigração no Brasil. Inconvenientes no interior, dificuldades no exterior, fizeram parar esse movimento esperançoso que tantos bens prometiam a província.”

Apesar disso, o autor concluiu que um novo olhar fora direcionado ao Brasil e que uma nova fase provavelmente começaria em breve, a imigração espontânea.

No *Relatório apresentado á Assembléa Provincial de S. Paulo pelo presidente, desembargador José Tavares Bastos, na sessão de 12 de maio de 1867*, figura o levantamento do número de entradas e saídas no porto de Santos, no qual se contabilizam 17 estrangeiros. Havia ainda relatos de obras e melhorias que estavam sendo feitas para atrair e melhor receber imigrantes ao país, de clima ameno, solos férteis e outras preciosas condições. Nesse documento, foi apresentado um balanço em relação às condições das colônias existentes, detalhando o número de nascimentos, óbitos e casamentos. Havia também queixas, como a reivindicação por uma escola, pois as crianças não poderiam frequentar a da Villa. Solicitavam também a instalação de uma igreja e um sacerdote religioso. O presidente alegou que criaria uma subdelegacia para solucionar os problemas relatados. No relatório, apresentaram-se ainda informações sobre o sistema de colônias de parceria, dizendo que alguns pequenos estabelecimentos adotaram esse sistema, mas com pouco sucesso, e o modelo ainda não estava disseminado na perspectiva de substituir a mão de obra escrava pelos emigrantes.

O *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, o exm. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871*, citou que as colônias que resistiram às dificuldades seguiam prósperas. Informou que o estabelecimento de grandes núcleos coloniais poderia ser um grande incentivo à imigração espontânea. Dizia que as despesas realizadas com a subvenção dos imigrantes, apesar de altas, só poderiam trazer lucros à nação, pois os colonos iriam produzir, consumir, e isso geraria impostos ao Estado. Adiante, o relator alegava que colônias não conseguiam prosperar porque estavam mal localizadas, em lugares que não possuíam estradas e outras obras de infraestrutura e comércio. Caso estivessem bem localizadas, com certeza vingariam. O documento ainda trazia a reprodução do contrato entre o Governo Imperial e empresários dedicados à imigração de europeus. *Dentre as cláusulas notamos a obrigação de importar anualmente 5000 imigrantes europeus, agricultores e trabalhadores rurais bem “morigerados”, em condições de perfeita saúde e até 45 anos de idade.* Outra cláusula especificava que o *mínimo anual de*

*imigrantes captados não deveriam ser inferiores a dois mil, caso isso ocorresse, os empresários teriam a obrigação de pagar cinco réis por indivíduo faltante.* A grande preocupação abordada no documento referia-se sobre a necessidade de se fazer uma transição tranquila entre o trabalho escravo e o trabalho livre, tanto para o proprietário quanto para o país.

*O Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, o exm. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, em 5 de fevereiro de 1874, cita o decreto n 3.784, de 19 de janeiro de 1967, que regulava a fundação de colônias do Estado, distribuição de terras e condições de propriedade. A Assembleia impõe à Associação de Colonização e Imigração o dever de criar e manter colônias próximas às estradas de ferro, com garantia de permanência e estabilidade. O documento também noticiava dados relativos à imigração, como o número de entradas de estrangeiros nos meses daquele ano.*

*O Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo exm. Sr. Dr. João Theodoro Xavier, presidente da província, no dia 14 de fevereiro de 1875, forneceu o quadro das Despesas com a Importação de Colonos – de novembro de 1872 a dezembro de 1873. Esse quadro forneceu a quantia gasta relativa à gratificação do agente; passagem; adiantamento; seguro; alimentos; vapores; estradas de ferro; outras despesas. No final da tabela, figura uma média de gasto por cada colono. O menor valor era o de 66\$101rs referente aos alemães, e o maior, 1145\$700rs referente aos franceses. Havia ainda outra tabela, indicando o número total de colonos que chegaram à província no mês de janeiro de 1875, separados por nacionalidade. Os italianos foram o grupo com mais chegadas – 165, seguidos pelos americanos – 29. Os espanhóis constaram 19. Na maioria, não havia declaração de idade. A faixa etária predominante era dos 21 aos 30 anos de idade.*

*No Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, exm. Sr. Dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876. S. Paulo, havia também dados referentes às entradas de imigrantes*

relativos ao ano anterior, 1875. Entraram na província 3289 imigrantes, sendo 2122 por conta da Agência Oficial de Colonização, 107 por conta da Associação de Colonização, 43 por conta do Comendador Montenegro e 1017 por conta própria. Esse é um dado importante, pois mostra que a imigração espontânea já ultrapassava em expressivo número a imigração subvencionada.

No *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 5 de fevereiro de 1880*, apareceu uma tabela classificada como “Mapa Estatístico dos Núcleos”, que trazia informações quanto à quantidade de imigrantes homens, mulheres, solteiros e casados, sua nacionalidade e religião. Os italianos figuravam como a maioria dos imigrantes quantificados, a religião predominante era a católica, seguida por um inexpressivo número de protestantes alemães. Em 1879, entraram no país 424 imigrantes, sendo 375 remetidos pela Inspetoria geral da colonização e 49 por conta de Souza Queiroz & Vergueiro. A maioria dirigiu-se à capital e, em segundo lugar, a Santos. Todos esses imigrantes, com exceção da passagem, nenhum favor receberam do governo. Desses, 290 eram italianos; 53, alemães; 44, portugueses; e 4 eram espanhóis.

Já no *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 13 de janeiro de 1881*, o presidente, ao citar a lei 20 de setembro, exaltou a pressão que a transição do trabalho escravo para o livre estava sendo realizada pelos proprietários de terra. O presidente, baseado nos números de entradas de imigrantes do ano anterior – 324 –, presumiu que a entrada de mais dezenas deles não eram contabilizados nos dados oficiais; dizia-se favorável à criação de escolas de agricultura e fazendas modelos. Em carta anexada ao relatório, podemos observar a movimentação de um grupo de agricultores que sugeriam ao presidente da província que na escola de agricultura fossem ministradas aulas de química, física, botânica, mineralogia, zoologia agrícola, veterinária, geologia e anatomia e física vegetal. O agricultor que redigiu a carta presumia o aumento de vinte a trinta por cento da produção caso as aulas sugeridas fossem adotadas. Recomendava ainda que o curso

deveria ter a duração de dois a quatro anos, devendo contar com pelo menos três professores. O público-alvo seriam os rapazes pobres, provavelmente imigrantes, que necessitassem do conhecimento do trabalho na lavoura e do manejo de instrumentos.

No *Relatório 1882*, o presidente cita as condições das hospedarias para os imigrantes, que abrigavam 2104 imigrantes, distribuídos em aproximadamente 73 instituições. Abrigavam-se lá os que chegavam por conta própria ou por responsabilidade dos fazendeiros. O relator também citou a lei n. 123, de 16 de julho de 1881, e a 36, de fevereiro de 1881, que previam a produção de folhetos a serem distribuídos em vários países do mundo na perspectiva de incentivar a imigração para o Brasil.

Outro documento que tratava da questão da imigração foi o discurso *dirigido à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2.a sessão da 24.a legislatura em 10 de janeiro de 1883, pelo presidente, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão*; nele, encontramos a descrição das hospedarias de imigrantes nas quais, segundo o presidente, de janeiro a novembro de 1882, encontravam-se 2418 imigrantes. O serviço de Internação do Governo Geral recebeu 1971, totalizando-se 4389 entradas. Desse total, apenas 693 ficaram na capital, o restante dirigiu-se às províncias interioranas. Havia ainda o levantamento quanto às nacionalidades desses:

NACIONALIDADES	ADULTOS		MENORES		INGENUOS	TOTAL
	HOMENS	MULHERES	ESPANHOES	FRANCOES		
Italianos . . . .	983	221	123	53	76	1436
Portuguezes . . .	228	55	32	24	16	356
Espanhoes . . . .	83	23	20	19	9	31
Alemães . . . . .	14	9	6	1	1	2
Turcos . . . . .	1		1			5
Suiços . . . . .	5					
	1294	318	183	97	102	1994
	1612		280			

No mez de Novembro entraram nesta Provincia 403 immigrantes, sendo :

Italianos . . . . .	183
Portuguezes . . . . .	154
Espanhoes . . . . .	49
Alemães . . . . .	19
	<hr/>
	403

Fonte: *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2.a sessão da 24.a legislatura em 10 de janeiro de 1883 pelo presidente, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão. S. Paulo, Typ. do Ypiranga, 1883.*

Podemos observar que as nacionalidades em maior número de imigrantes são: a italiana, portuguesa e espanhola. A maior parte deles são homens adultos. No *Relatório de 1883*, havia uma relação de entradas no serviço de alojamento provincial de imigração referente aos meses de maio, junho e julho do mesmo ano, com um total de 1005 imigrantes, sendo 683 italianos, 157 portugueses, 125 espanhóis, 33 alemães e 7 franceses. A maior parte desses imigrantes dirigiu-se para o interior da província, e foram concedidas 75 cartas de naturalização para esses estrangeiros. O relator dizia-se esperançoso quanto aos rumos da produção agrícola, alegando que o número de braços seria suficiente para livrá-los do fracasso esperado. No *Relatório de 1884*, contabilizam-se de abril a julho a

entrada de 2032 imigrantes na hospedaria provincial, sendo 1007 italianos, 804 portugueses, 84 alemães, 81 espanhóis, entre outros. Desses, 380 imigrantes ficaram na capital, o restante tomou destinos interioranos.

Encontramos menção à questão da imigração também na *Falla dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo na abertura da 2a sessão da 26a legislatura, em 10 de janeiro de 1885, pelo presidente, Dr. José Luiz de Almeida Couto*. Nela, há a relação de entradas e saídas de estrangeiros do Porto de Santos durante outubro de 1883 a setembro de 1884. O relator contabilizava 2422 entradas e 1441 saídas. Das entradas do período, referia-se aos portugueses como os mais numerosos – contabilizando 1345 entradas, seguidos pelos alemães: 82; espanhóis: 30; suíços: 23; e italianos: 10.

No *Relatório de 1885*, citam-se a introdução de seis mil novos imigrantes de acordo com a Lei n.14, de 11 de fevereiro de 1855. Ainda apontava a construção de um novo edifício para Hospedaria de Imigrantes da Capital. Havia também anexo um Quadro de Entrada de Imigrantes, referente ao período de janeiro de 1883 a maio de 1885. Esse quadro revelava que, no ano de 1883, ocorreram as entradas, ao país, de 1883 italianos homens, 320 italianas mulheres e 520 italianos menores de doze anos. No ano de 1884, as entradas de italianos homens foram de 1285; mulheres, 440; e menores de doze anos, 500. No ano seguinte, os italianos registraram 918 homens, 207 mulheres e 255 menores. Em relação aos portugueses, em 1883 entraram 991 homens, 195 mulheres e 250 menores de doze anos. Em 1884, o número de homens foi 1327; o de mulheres, 42; e o de menores, 463. Já em 1885, as entradas corresponderam a 533; 247 e 322 respectivamente. Dos imigrantes espanhóis, em 1883, chegaram 105 homens, 66 mulheres e 98 menores de doze anos. Em 1884, entraram 135 homens espanhóis, 2 mulheres e 8 crianças menores de doze anos. No documento, podemos localizar também a relação de gastos do Império com a questão da imigração, demonstrando que, nos meses de maio e junho, gastou-se um total de 16:327\$500. Além disso, encontramos também um quadro demonstrativo de entrada de imigrantes na Província de São Paulo, que se referia ao período desde



o início da internação até outubro de 1884. O total de entradas nesse período foi de 12.1230 imigrantes, sendo 408 homens espanhóis, 107 mulheres e 168 jovens e crianças.

Ao entrar em contato com o *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, Barão do Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887*, podemos ter uma ideia clara de como funcionava o sistema de imigração, pois o presidente da província dedicava-se a detalhar os modos de vida que o imigrante iria encontrar ao chegar ao Brasil. Dizia ele que esse sistema seria bom para os imigrantes que chegassem ao país sem dívidas, pois suas passagens seriam pagas pelo governo, encontrariam casa para si e seus familiares, alimentação seria assegurada por meio de reembolso de gastos ou pelo consumo da própria colheita, assim eles entrariam imediatamente no trabalho com liberdade. No primeiro ano, realizavam a aprendizagem e se aclimatavam, realizando sua economia, depositando-a em caixas econômicas ou em bancos e, assim, poderiam progressivamente tornar-se independente, podendo, a médio longo prazo, tornar-se também proprietários de terras.

O método de pagamento aos colonos, alegava o relator, era o pagamento proporcional pela capina ou colheita dos cafezais, tendo o terreno necessário para o plantio dos gêneros alimentícios que desejasse e a criação de bois e aves de acordo com o seu desejo. Esse sistema descrito pelo presidente veio a substituir o já extinto sistema de parcerias que, segundo ele, beneficiava muito mais o colono que o proprietário. Em seu discurso, ainda dizia que deveriam ser mantidas as propagandas e incentivos à imigração, para a continuidade do progresso e desenvolvimento das lavouras. Em relação ao gênero agrícola, o café, o presidente dizia-se não incomodar por se tratar de São Paulo, uma província monocultora, já que essa gerava lucros abundantes. Apontava também que a criação e manutenção dos núcleos de imigrantes deveriam ser tarefas do Governo Geral. Por fim, o relator tratava das questões orçamentárias destinadas às melhorias e criação de novas hospedagens de imigrantes.

O *Relatório de 1888* tratava da autorização da Assembleia Provincial ao Governo em contratar cem mil imigrantes de ascendência europeia, açoriana e canarina. Para isso, foi celebrado um contrato com a Sociedade Promotora da Imigração para a introdução de sessenta mil imigrantes até dezembro do corrente ano. O relator alegava que, de novembro de 1887 até abril de 1888, entraram na província 8.617 imigrantes espontâneos. Lembra que seria importante deixá-los livres para escolherem sua habitação e sempre assistenciá-los, amparando-os na lei, essencial para o êxito da imigração. Ressaltava que não se deveria confiar plenamente nos braços do imigrante, tendo sempre em vista que o liberto e o nacional também seriam possíveis opções de substituição da mão de obra escrava. Durante visita a algumas colônias, lembrava que já funcionavam em algumas instituições escolares, com o intuito de fazer com que as crianças imigrantes aprendessem a língua portuguesa. Dizia que a frequência à escola era excelente e que os alunos demonstravam empolgação em frequentá-la.

*Através do Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, exm. sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 de janeiro de 1888, percebemos que a questão da transição da mão de obra servil para a livre ainda preocupava as autoridades. Outra preocupação estava relacionada ao sucesso do programa de imigração; para isso, diz o relator, era necessário que o imigrante recebesse incentivos, alimentação, roupas, boa moradia e acesso às estradas e ao comércio. Segundo dados do presidente da província, a capital abrigava, no ano de 1887, mais de trinta e quatro mil imigrantes. A exemplo da imigração italiana, a mais numerosa nacionalidade de imigrantes, tem-se dado preferência às zonas oeste e sul da Província. E outro fato que preocupava as autoridades era o acúmulo de capital, por alguns anos, pelo imigrante e seu regresso ao país de origem. Esse fenômeno ocorreu com frequência na Confederação Argentina. O presidente diz que a imigração devia ser forçosamente estável e duradoura. Para isso, diz ele, eram necessários todos os amparos que o país pudesse fornecer ao estrangeiro, fazendo com que ele adaptasse facilmente à nova terra e aos costumes. Alegava, ainda, que não deveria haver diversidades de sistemas de colonização e que o sistema*

implementado na província estava dando certo. O presidente acreditava que as grandes quantias despendidas com a causa da imigração estavam sendo necessárias para o sucesso da causa e comentava a propaganda realizada em alguns países, como a Itália, que possuía filas de pessoas interessadas em emigrar ao Brasil. Anexo ao relatório, há tabelas e mapas, o primeiro relativo ao destino dos imigrantes que entraram na província de São Paulo em 1887 e o demonstrativo de entrada de imigrantes na província de São Paulo no mesmo ano.

*O Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de janeiro de 1889*, encontrado no arquivo do sítio também trata da questão da imigração. O presidente retoma a Lei Provincial n.1 de 3 de fevereiro de 1887, na qual estabelecia a entrada de cem mil imigrantes ao país. Seu antecessor já havia introduzido sessenta mil, e ele, por sua vez, introduziu mais 38 mil imigrantes. Relata também que, além desses, entraram no país com entradas pagas pelo governo 7.341 indivíduos e, por conta própria, 12.868 pessoas. O relator ainda diz que, por conta da escravidão, os estrangeiros viam o Brasil como um país de bárbaros, de povo não civilizado e nem pensariam na possibilidade da imigração. Além disso, o país ainda sofria com a imagem de propagar enfermidades endêmicas, porém essa imagem conseguiu felizmente ser alterada aos olhos dos países civilizados e desenvolvidos. Em relação ao trabalho livre, passados oito meses desde a libertação dos escravos (13 de maio de 1888), o presidente diz que não foi surpresa à província, que já vinha manifestando por parte dos abolicionistas o desejo da liberdade dos negros e, para tanto, estavam preparados. Outro problema comentado é em relação ao orçamento que a província dispunha para arcar com os custos da imigração, que eram altos e, além disso, estavam necessitando pedir empréstimos para tal custo. O movimento migratório do ano de 1888 foi de 92.086 imigrantes. O relatório ainda produz uma tabela que demonstra o movimento migratório desde 1882. Nesse ano, registrou-se 2.743 imigrantes. Em 1883, foram 4.932. Em 1884, registrou-se 4.879. Em 1885, foram 6.500. Em 1886, contabilizaram 9.536 e, por fim, em 1887, foram 32.112 imigrantes. A *Exposição de 1890* explica a extinção da Inspeção Geral de

Colônias e Imigração, pois era um departamento “inútil”, e tal ato possibilitou a redução de gastos e melhoria dos serviços.

A *Mensagem de 1897* relata sobre a transferência da responsabilidade dos assuntos da Imigração, que passa da União para os Estados. Pontua que, no ano de 1896, registrou-se a entrada de 74.918 imigrantes, sendo 42.661 por conta do Governo Geral e o restante pelo Estado. Informa que o ano em que foram recebidas as primeiras levas de imigrantes foi em 1827 e, desde então, o país já recebeu 700.211 imigrantes, dos quais 493.535 são italianos e 206.676, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, etc. O relator divide o imigrante paulista em dois grupos: os operários agrícolas, dedicados ao serviço das grandes lavouras; e os colonos ou pequenos proprietários, que povoam os núcleos coloniais e que dificilmente tomam outro destino.

A *Mensagem de 1898* contabiliza a entrada de 70.053 imigrantes, sendo 66.184 por conta do Estado e 735 por conta da União, os espontâneos contabilizados são 2.309 imigrantes. O documento ainda cita um contrato realizado em agosto do mesmo ano, que prevê a entrada de mais 45.917 imigrantes.

Na *Mensagem de 1900*, encontramos o registro de entradas e saídas de imigrantes, que foram de 36.012 imigrantes que chegaram e 31.319 que saíram do país. Dos que entraram, 16.664 vieram por meio da imigração subsidiada e 19.348, como passageiros. Há ainda a estimativa da entrada de mais 20.960 imigrantes naquele ano, devido a contratos em vigor.

Podemos encontrar, na *Mensagem de 1901*, um longo texto acerca da imigração, e o relator diz que impressiona o número de saídas de imigrantes do ano anterior, relacionando esse dado às crescentes reclamações por parte dos imigrantes quanto ao sistema de trabalho no qual estiveram admitidos. Diz que o governo reconhece as falhas no sistema e luta por melhorá-lo, seja através de núcleos coloniais mais vantajosos e em melhores localidades, seja por parte dos fazendeiros em tornar o trabalho nas fazendas estável. Em relação às estatísticas de entradas e saídas da província, diz que, em 1900, entraram 22.802 imigrantes,

contra 31.215 que entraram em 1899. As saídas registraram, em 1900, o número de 27.917, contra 24.182 em 1899.

Em *Mensagem de 1904*, há o registro desanimado de apenas 18.161 entradas do ano anterior, sendo 17.932 imigrantes espontâneos e 229 subsidiados. Na *Mensagem de 1905*, registram-se a entrada de 27.751 imigrantes, em 1904, sendo 20.746 espontâneos e 7.005 subsidiados. Em relação à nacionalidade dos subsidiados, 3.701 são espanhóis, 1.324 são portugueses, 1.840, brasileiros, e 50 austríacos. A maioria tinha idade superior a doze anos e dedicava-se à agricultura.

No documento intitulado *Mensagem de 1906*, encontramos as autoridades animadas com o fluxo da imigração, que correspondeu a 53.544 entradas no Estado. As saídas foram 39.904. O relator lembra que esse número é animador, dado o período que estavam passando. Além disso, o relator lembra que estão suspensas as imigrações subvencionadas de procedência italiana. Há, ainda, o levantamento das imigrações e emigrações do ano de 1902 a 1905. Em 1902, ocorreram 40.386 entradas e 31.437 saídas. Em 1903, 18.161 entradas e 38.410 saídas. Em 1904, houve 27.751 entradas e 32.670 saídas. No ano de 1905, a nacionalidade que mais enviou imigrantes foram os espanhóis, com 22.128 imigrantes, seguidos pelos italianos, com 13.596 imigrantes e 5.879 portugueses. Desses, 21.802 vieram espontaneamente e 26.015 vieram pelo regime de subvenção. O decreto n. 1.355, de 10 de abril de 1905, de conformidade com a Lei n. 984, de 28 de dezembro de 1905, cria a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, destinado a auxiliar imigrantes e trabalhadores em sua colocação na lavoura e nas indústrias, ou em terras públicas ou particulares, como proprietários, arrendatários ou parceiros. O documento ainda sugere a criação de um Fundo Permanente de Imigração e Colonização, de modo que o financiamento da imigração nunca se interrompa. O relator sugere diversos meios para se obter o recurso necessário, como o produto da venda das terras devolutas, produtos da multa impostas pelas infrações de lei da terra, entre outros.

Na *Mensagem de 1907*, o relator lembra que a imigração subsidiada foi suspensa desde agosto daquele ano, por estarem as fazendas cafeeiras suficientemente supridas de braços. A entrada de imigrantes no ano anterior foi de 48.429 indivíduos, e as saídas foram de 31.849. Dos imigrantes que chegaram ao país, 24.544 vieram de forma espontânea. O documento mostra que as imigrações espanholas e portuguesas decresceram em virtude da suspensão das subvenções. E ainda relata espantosamente o número de imigrações de italianos, apesar de que a vinda ao Brasil ainda estivesse proibida na Itália. O número elevado de saídas explica-se pela propaganda massiva que a República Argentina estava realizando no Brasil, prometendo aos colonos inúmeras vantagens em deixar o Brasil e dirigirem-se ao Rio da Prata. O relator diz que se fazia necessária a revisão do sistema de trabalho do imigrante, de modo a garantir mais estabilidade desses nas fazendas paulistas.

A *Mensagem de 1908* relata que, no ano anterior, as entradas de imigrantes corresponderam a 31.681 imigrantes, e as saídas foram de 36.260. O déficit ocorreu devido à diminuição brusca das passagens pagas pelo governo. Desse número de entradas, 26.819 vieram espontaneamente, e 4.862 vieram por conta do Estado. Esse número de imigrações espontâneas é o maior desde 1902, demonstrando a solidez da imigração sem prejudicar os cofres públicos.

Na *Mensagem de 1909*, encontramos os seguintes dados: entrada de 40.225 imigrantes no Estado, em 1908, e 30.750 saídas. Dos imigrantes que entraram, 30.792 vieram espontaneamente, e o restante veio por conta do Governo Estadual ou Federal. Entre eles, 11.955 são portugueses, 9.891 são espanhóis, e 9.704, italianos. O documento também permite verificar o importante trabalho da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, que já havia encaminhado naquele ano cerca de 26 mil trabalhadores para lavoura, núcleos coloniais, construção de estradas de ferro, fábricas e oficinas.

O documento *Mensagem de 1912* atesta a entrada de 53.398 estrangeiros, já a *Mensagem de 1914* comemora a entrada de 119.757 imigrantes no ano anterior

(1813), sendo 60.063 vindos espontaneamente, 52.822 vindos por conta do Estado e, em menos parcela, da União (12.771). Desses, 37.046 são portugueses, 30.166 são espanhóis, e 23.794, italianos. As saídas de imigrantes registraram o número de 39.202 no porto de Santos, contra os 64.547 registrados no ano de 1912. A *Mensagem de 1915* declara que o movimento migratório decresceu, visto que, em 1912, entraram 101.947 imigrantes; em 1913, entraram 119.757 indivíduos e, finalmente, em 1914, ocorreu a entrada de apenas 48.413 imigrantes. Os espontâneos foram 33.028, e o restante contabilizou 15.385, sendo 137 por conta da União e o restante por conta do Estado. Quanto à nacionalidade, entraram 14.008 espanhóis, 11.706 italianos e 11.697 portugueses. As saídas elevaram-se para 41.834, contra 30.202 imigrantes de 1913. O relator prevê que, durante o corrente ano, o movimento migratório continuaria a diminuir, o que de fato ocorreu, conforme atestamos na *Mensagem de 1916*. Nela, contabilizam-se de entradas no Estado de apenas 20.937 indivíduos, incluindo os retirantes do Nordeste, que migraram a São Paulo, devido à seca de sua terra natal. As saídas registraram 26.183 imigrantes, portanto contabilizando para o ano de 1915 o déficit de 6.246 indivíduos. Quanto à nacionalidade, os portugueses predominaram, com 5.679 indivíduos, seguidos pelos espanhóis com 4.260 e italianos com 4.072. O relator atribui essa diminuição do movimento migratório à Guerra que assolava a Europa e prevê que faltaram braços à lavoura quando a colheita foi mais abundante. Na *Mensagem de 1917*, que faz o balanço do movimento migratório do ano de 1916, registra a entrada de 20.351 imigrantes, dos quais 17.857 entraram pelo porto de Santos e 2.494, pela estrada de ferro. Das entradas de Santos, 7.245 eram espanhóis e 3.465 eram italianos. No balanço entre entradas e saídas, resultou o saldo 7.575 positivos. Para promover o incentivo à imigração, algumas providências foram tomadas, como a autorização de entradas de imigrantes japoneses, melhoria nas vantagens gerais oferecidas aos imigrantes e um acordo – ainda em desenvolvimento – entre o Governo e o Departamento do Trabalho da Argentina e do Uruguai, com o intuito de facilitar a permuta de braços entre os países.

A *Mensagem de 1918* registra o balanço imigratório de 1917, alegando a entrada de 26.776 imigrantes no Estado, sendo 22.995 através do porto de Santos e 3.781 vieram por estradas de ferro. As saídas foram de 9.397 indivíduos, resultando no saldo de 17.379 no movimento migratório. As entradas espontâneas, diz o relator, foram quase nulos. Para estimular as entradas, o governo autorizou o aumento de 5.000 para 9.000 imigrantes japoneses. O relator receava que deviam ter sido feitos maiores sacrifícios para incrementar os braços na lavoura. A mensagem ainda dava notícia acerca da situação dos núcleos coloniais, dizendo que havia 9 deles, totalizando 16.333 habitantes. Existiam 34 escolas de instrução primária, com 130 alunos em média em cada uma.

Na *Mensagem de 1919*, percebemos ainda a queda do fluxo migratório ao país, atribuindo à falta de navios para o transporte de imigrantes como outro fator que prejudicou a vinda deles. No ano anterior, entraram 15.041 imigrantes, já as saídas foram de 6.542 indivíduos. A nacionalidade dos imigrantes que vieram em 1918 ao Estado de São Paulo correspondia a 5.601 japoneses, 2.454 portugueses, 1.874 espanhóis e 522 italianos.

A *Mensagem de 1920* traz novas informações a respeito da falta de navios, apontando as causas da escassez ao pequeno número de navios em tráfego, à falta de carvão e ao cansaço de alguns navios, exigindo manutenção.

No documento intitulado *Mensagem de 1922*, encontramos a descrição de determinadas situações nas quais o imigrante ou estrangeiro era considerado cidadão brasileiro: aqueles que, passados seis meses após o dia 15 de novembro, não se declaravam estrangeiros; aqueles que, além de residirem no país, ainda possuíam bens imóveis; aqueles casados com mulheres brasileiras; aqueles que residiam no país e possuíam filhos brasileiros. Caso manifestassem desejo, não mudariam de nacionalidade. Outros casos eram os naturalizados e os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros e residindo fora do país. (Constituição Política, artigo 69). O documento lembra o dever de amar a pátria por parte do cidadão e, ainda, enfatiza que não se deve ter horror, medo ou ódio do



estrangeiro, apesar de afirmar que se deveria ser bastante cauteloso ao abrir às portas do país à imigração em massa. Caso não se mantivesse o clima de unidade, de nação, corria-se o risco de haver a desintegração da terra, a confusão dos povos, a transformação em colônias e a desapareção da própria nacionalidade. O documento ainda enfatiza que o objetivo da imigração era o trabalho na lavoura e, não sendo esse o destino do imigrante, então “terá e causará decepção”. Diz ainda que aquele que não se destinasse à agricultura “ficará pesando nas ruas da cidade, por não encontrar ocupação, não atendendo tal imigração nem aos nossos interesses [da Pátria] nem aos do País de origem”. Quanto ao sistema de trabalho, o relator declara que não se devia modificá-lo, caso contrário poderia causar danos e prejuízos à economia agrícola do Estado. Alega também, que a lavoura de café correspondia à metade das exportações do país, à riqueza de São Paulo e dela dependiam a balança comercial do Estado, o valor da moeda, o crédito e a riqueza da nação e o bem-estar paulista. Portanto, dirigir os imigrantes a outro destino que não às fazendas, destruiria a riqueza nacional e atrasaria o país em muitos anos. Por meio desse documento, podemos perceber como se davam os ciclos de vida dos imigrantes, pois chegavam aqui sem falar a língua da nação, desconhecendo o clima, os melhores períodos para o plantio e a colheita, sem conhecer a forma de se cultivar certos alimentos. Portanto, ficavam, em um primeiro momento, sendo colonos nas fazendas de café e, durante esse tempo, adquiriam os conhecimentos necessários ao cultivo da terra e, ainda, economizavam sua renda para, posteriormente, virem a tornarem-se proprietários de terra, comerciantes ou industriais. Assim, o governo precisava sempre renovar os braços para a lavoura, visto que estes estavam em constantes alterações. Segundo o relator da mensagem, apesar de esse fluxo exigir constante despesa com imigração, não era maléfico para a economia do país, visto que esses antigos trabalhadores da fazenda continuavam a trabalhar no país, investindo trabalho e desenvolvimento ao país.

*A Mensagem de 1923* cita a criação dos Tribunais Rurais, de acordo com a lei n.1869, de 10 de outubro de 1922, que tem por objetivo mediar relações de contratos agrícolas entre fazendeiros e colonos. O movimento imigratório do ano

anterior registrou a entrada de 32.473 imigrantes, sendo 9.077 portugueses, 7.965 italianos, 7115 espanhóis, 1.289 alemães e 1.194 japoneses. As saídas foram de 20.612 indivíduos, registrando o saldo de 11.861 no movimento migratório do porto de Santos. Há também os dados referentes ao alojamento deles na Hospedaria de Imigrantes, que recebeu 26.405 indivíduos em 1822.

Na *Mensagem de 1924* encontramos o registro de 59.818 imigrantes entrados em São Paulo no ano anterior, sendo, desses, 22% portugueses, 19% italianos e 17% espanhóis. 75,61% vieram sob a forma da imigração espontânea. Das quase 32 mil fazendas cafeeiras, 13 mil pertenciam a estrangeiros.

A *Mensagem de 1928* inicia seu relato sobre a imigração alertando quanto à diminuição das verbas destinadas a esse fim, assim o Estado não sofreria desequilíbrio orçamentário. O temor era a provável crise de superprodução do café. Além disso, o documento alega que muitos dos imigrantes subvencionados eram indesejáveis, com ideias perigosas para a organização social ou ainda com alguma moléstia profunda. Assim, justifica o fim da imigração subvencionada, dizendo que o Estado, ao diversificar a cultura e ampliar o crédito à agricultura, continuaria atraindo os braços faltantes a lavoura na forma da imigração espontânea. O ano de 1927 registrou a entrada de 92.413 imigrantes no Estado. As nacionalidades predominantes eram a Lituana com 11.844, portuguesa com 11.840, japonesa com 9.063 indivíduos, italiana com 8.311 e espanhola com a entrada de 7.357 imigrantes. As saídas registraram o número de 26.591 indivíduos. Quanto ao destino desses que deixavam o Estado, a maioria dirigia-se a outro porto do Brasil, em segundo lugar a Lisboa, Buenos Aires, Hamburgo, Genova e Montevidéu. O documento faz o balanço dos últimos anos em relação à imigração, dizendo que os anos com maior incentivo à entrada de imigrantes foram os de 1889 a 1898.

Na *Mensagem de 1929*, comemora-se o recorde de entradas via imigração espontânea, registrando 82.373 imigrantes, dos 96.268 que entraram no Estado, caindo para 14% o número de subsidiados, que ainda entravam devido a antigos

contratos que estavam sendo cumpridos. Os portugueses foram a maioria, com 13.465 imigrantes, seguidos pelos japoneses, que registraram a entrada de 11.176, os italianos, com 2.719 imigrantes. Os espanhóis foram 1.723 indivíduos. Deste total, 87.403 dirigiram-se às lavouras, apenas 819 ficaram na capital.

Por fim, a *Mensagem de 1930* alega que, apesar da crise do café, o movimento imigratório foi pleno, com 103.480 indivíduos que chegaram, sendo 61.522 através do porto de Santos e 41.928 via estradas de ferro. Desses, 16.366 eram portugueses, 16.050, japoneses, e 2.247 eram espanhóis. Os imigrantes espontâneos foram 94.575, número nunca antes alcançado. Apenas 8,6% eram subsidiados, via iniciativa privada. As saídas foram de 29.493 imigrantes. Dos 108.206 imigrantes recolhidos pela hospedaria, 106.588 dirigiram-se ao interior rumo às fazendas.

Por meio do levantamento dos dados obtidos pelos documentos encontrados, pode-se visualizar de que forma as modificações e transformações que o cenário político, econômico e social – não apenas do Brasil como do mundo todo –, refletiram no movimento imigratório para o país. Durante o período analisando, visualizamos grandes oscilações perante o fluxo imigratório, cada qual correspondente a um fator distinto, tanto em relação às políticas internas brasileiras ou conflitos de relações exteriores. Cabe aqui a análise do panorama político-econômico mundial e nacional, bem como o levantamento das leis e medidas que corroboraram para a influência do movimento imigratório. Sem dúvida, esse fenômeno modificou permanentemente a história do Brasil, tanto pela miscigenação dos povos quanto pela circulação de novas ideias, saberes, costumes e práticas.

## **Análise do Cenário Político e Econômico em relação à imigração no Brasil Império (período de 1830 a 1889).**

Levando em consideração os aspectos que puderam ser percebidos na análise anteriormente realizada, a partir dos documentos e registros das falas e discursos dos presidentes da província – e posteriormente Estado – de São Paulo, destacam-se inúmeros aspectos que nos dão elementos para melhor compreensão do panorama político-econômico vigente nos períodos históricos dos quais se referem: O Brasil Império e o Brasil República. A partir desses pequenos indicadores, pode-se entender a postura oficial adotada no período em relação à imigração no Brasil, assim como também podemos observar as influências que determinados acontecimentos históricos exerceram no fluxo migratório do país. Uma leitura atenta de tais documentos é capaz de revelar a forma pela qual as políticas desenvolvidas no período, em relação à imigração, estavam emergidas no contexto histórico-social e profundamente alicerçadas em concepções e desafios impostos pelas novas formas de relação de trabalho que estavam surgindo. É evidente o impacto que os ideais abolicionistas, que começavam a se disseminar pela sociedade, causaram na estrutura política desde que se começou a pensar na imigração como solução para o temido problema de eventual falta de braços para a lavoura. Sendo a província de São Paulo predominantemente agrária e monocultora, tendo o como seu eixo econômico principal as fazendas cafeeiras, é claro que as medidas e ações que se planejavam no período estivessem voltadas a proteger o potencial econômico e rentável que tal atividade proporcionava aos cofres públicos e ao equilíbrio econômico do país. Portanto, pode-se claramente observar que os projetos de imigração no Brasil iam de encontro à tentativa de proteção dessas oligarquias. Devemos lembrar que o tráfico de escravos africanos estava legalmente extinto desde 1830 em acordo com a Convenção de 1826, assinada por Dom Pedro I – que definiu um prazo de três anos para extinguir o tráfico nacional –, porém a agitação e a pressão pela proibição já vinham de alguns anos antes – e, portanto, o impacto e a preocupação que tal medida causava são compreensíveis. A necessidade de se pensar a transição da força de trabalho nas fazendas não era característica

exclusiva da província paulista. Tal impacto era perceptível por todo o Império brasileiro. Apesar de tal proibição estar em voga, é sabido que a medida não era respeitada, entrando efetivamente em vigor somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós.

Portanto, o Império estava em uma posição extremamente vulnerável, já que seu eixo de riqueza e prosperidade econômica provinha do trabalho escravo. A imigração europeia surgiu nesse contexto, na tentativa de proteger ou pelo menos, minimizar os impactos que a economia do país estaria prestes a sofrer. Podemos perceber tal esforço em diversos momentos da fala dos presidentes da província paulista, preocupados com a mão de obra e com os rumos da lavoura cafeeira. Essa preocupação traduziu-se em inúmeras políticas adotadas pelo Império como forma de proteção: a mais evidente delas é o financiamento da imigração europeia através da subvenção dos imigrantes, criando um programa que fosse capaz de financiar a vinda e a estabilidade dessa nova força de trabalho. Além do pagamento da passagem desses trabalhadores, muitas vezes recebiam ainda subsídios para seu bem-estar, alimentação, auxílio médico e religioso e isenção de impostos. O destino comum desses imigrantes era a lavoura, fornecendo braços para as fazendas ou entrando no programa de colonização, tanto no sistema de parceria como no de locação. O governo Imperial não via com bons olhos aqueles que se destinavam a outros vínculos empregatícios, com a ambição de se tornarem donos do próprio negócio – tendência predominante dentre os imigrantes galegos, conforme observado por Sarmiento (2006) e Quintela (2009).

Com base nos documentos analisados, pode-se perceber também uma tentativa isolada, que não corresponde ao discurso oficial, de utilizar como mão de obra nas lavouras a força de trabalho indígena. Essa possibilidade não representou significativa importância dentre os programas Imperiais, já que era preferível trazer ao país – mesmo a custos altíssimos para os cofres públicos – os trabalhadores europeus, já acostumados com a ordem e com relações de trabalho.

Outro aspecto relevante que retiramos da leitura desses documentos históricos é o que diz respeito às melhorias implantadas no país para atrair os imigrantes: construção de estradas de ferro, modernização das instalações e hospedarias, criação de centros urbanos e comerciais mais próximos às colônias, etc. A tentativa de tais melhorias se deveu à esperança de que, com a criação desses núcleos coloniais, a imigração espontânea prevalecesse à subvencionada.

De fato, percebemos um aumento sensível do número de imigrantes que chegavam à província de São Paulo de forma espontânea, isto é, arcando com as próprias despesas provenientes da viagem e estadia, a partir de 1870. A preocupação do Império, então, muda de foco, já que um novo problema começa a surgir. Apesar do expressivo número de entradas ao país, o número de saídas crescia espantosamente. O programa de imigração passa a ser o foco dos governantes, já nos anos finais do Império.

Garantir a estabilidade dos imigrantes em terras brasileiras significava promover as condições necessárias e os incentivos a esses trabalhadores que, no ano de 1887, somavam quase quarenta mil, só no Estado de São Paulo. Alguns insumos fornecidos eram alimentação; moradia de qualidade; vestuário; acesso a estradas e comércio; etc. Esse esforço era a tentativa imperial de conter o avanço de um fenômeno que vinha se tornando cada vez mais comum e frequente: o imigrante que aqui trabalhava, ao arrecadar e acumular capital suficiente, regressava ao seu país de origem.

Esses anos finais do Império também foram marcados pela propaganda massiva que era realizada nos países ao redor do mundo, sobretudo os do continente europeu. Em um dos documentos analisados, por exemplo, um dos presidentes da província de São Paulo cita o sucesso do programa de imigração na Itália, que possuía filas de imigrantes a espera do embarque com destino ao Brasil. Outro relatório cita a frequente tentativa de se alterar a imagem que o Brasil possuía aos olhos do mundo, associado sempre a um país de bárbaros, atrasado e não civilizado.

Outro marco que transformou profundamente o modo de trabalho nos anos que antecederam a proclamação da República brasileira foi o efervescente movimento abolicionista, desde meados de 1870, quando os ideais republicanos ganhavam força, até que, em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, promovendo a abolição da escravatura. Tal fato não foi surpresa para os governos provinciais, que já vinham se preparando para a transição tranquila da mão de obra.

### **Análise do Cenário Político e Econômico em relação à imigração no Brasil República (período de 1889 a 1936).**

No período inicial da República brasileira, o fluxo migratório vinha crescendo a cada ano, inclusive o número de imigrantes que vinham espontaneamente. O destino desses trabalhadores ainda era majoritariamente a lavoura.

De acordo com os documentos analisados, em 1897 há o relato da transferência da responsabilidade dos assuntos referentes à imigração: eles passam a ser de responsabilidade dos Estados, e não mais da União.

No ano de 1905, através do decreto nº 1.355 de 10 de abril de 1905, é criada a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, que possuía a função de auxiliar os imigrantes a encontrar trabalho e, dessa vez, não apenas nas lavouras como também nas indústrias.

Em 1907, a imigração subvencionada é suspensa, dada a grande oferta de braços que o país já possuía. Nos anos subsequentes, as entradas de trabalhadores no país, que vinham de forma subvencionada, se deviam apenas ao término de alguns contratos que ainda estavam em vigência.

Nesse mesmo ano, ocorre, por parte da Itália, a proibição da emigração ao Brasil. Apesar de tal medida, o número de italianos que chegaram naquele período ainda era grande.

Outro elemento que causou expressivo impacto no fluxo migratório do Brasil, nos anos iniciais da República, foi a propaganda massiva que a Argentina realizou nesse período, convidando os imigrantes europeus a se evadirem do país, prometendo melhores condições de vida e trabalho em terras argentinas. Essa promessa foi tão eficaz que ocasionou déficit no número de entradas e saídas de imigrantes naquele ano, registrando um balanço negativo para o Brasil. Esse número só volta a ficar animador em 1912, quando o movimento migratório cresce novamente. Entretanto, já em 1915, o fluxo cai expressivamente, causando inclusive grande preocupação aos governantes quanto ao suprimento de trabalhadores nas lavouras. Tal queda ocorre devido à Grande Guerra que assolou a Europa, além do clima de incerteza que a lavoura cafeeira enfrentava. Além disso, os países europeus que tiveram saídas consideráveis de trabalhadores rumo à América começaram a notar reflexos negativos devido às saídas massivas. Dessa forma, adotaram medidas de controle e limitação da emigração, afetando o fluxo migratório no Brasil, já que foram tomadas medidas legais como decretos restritivos e propagandas negativas em relação à vinda à América. Outro fator que oscilou o movimento migratório no país foram as saídas de imigrantes rumo a outros destinos da América Latina, movidos pela promessa de melhores condições de vida. Isso provocou a rápida reação do governo brasileiro, que passou a oferecer novos estímulos e benefícios aos trabalhadores. Mais à frente, o momento histórico presenciou a desarticulação do setor cafeeiro e o movimento de nacionalização compulsória, ou seja, outros elementos que afetaram significativamente o processo de imigração no Brasil.

## **Resultados**

Esta pesquisa buscou compreender o processo educacional na emigração galega, ao analisar o contexto histórico das sociedades de origem e de acolhida, bem como as formas históricas de alfabetização desenvolvidas no Brasil e na Espanha, os processos históricos, sociais, entraves econômicos e panoramas políticos que ambos os países atravessavam e que influenciaram diretamente na forma em que se deu a imigração e a educação de adolescentes e adultos.



O objetivo inicial foi investigar a circulação de pessoas, objetos e modelos educacionais produzidos na relação entre os galegos que migraram para o Brasil e que retornaram ao seu lugar de origem, no período de 1871 a 1936 – investigando, assim, as várias formas de constituição e de apropriação, pelos sujeitos sociais, dos processos de escolarização do social na Espanha e no Brasil, na perspectiva de compreender as múltiplas representações sobre a escola, escolarização e alfabetização presentes na sociedade. E ainda, ao longo do ano em que este objeto de pesquisa foi estudado, foi mantida a investigação das estratégias de escolarização de adolescentes e adultos, atentando para as formas históricas de alfabetização dessas faixas etárias postas em circulação no Brasil e na Espanha, agenciadas pelas Sociedades de Instrução criadas nos dois países. Porém, dadas a complexidade do tema e a abrangência que é necessário manter, ao se analisar o processo educacional e suas influências dentro de um processo maior, que foi o movimento migratório dos cidadãos galegos, corre-se o risco de recorrer a fontes de pesquisa variadas, visto que o tema ficaria empobrecido caso a metodologia utilizada apresentasse a tendência de ater-se a somente um eixo de análise, deixando de considerar os mais variados elementos que afetaram ou transformaram o processo educacional dos imigrantes no Brasil. Há a necessidade de se considerar e se buscar a compreensão das diversas dimensões que interferiram na maneira pela qual o processo de escolarização do social, tanto no Brasil, como na Espanha, se desenvolveu: os processos históricos, sociais, entraves econômicos e panoramas políticos que ambos os países atravessavam e que influenciaram diretamente na forma em que se deu a imigração e a educação de adolescentes e adultos.

Por isso, a prioridade dada neste ano inicial de pesquisa ficou voltada para a busca de fontes que pudessem tornar clara a compreensão deste processo maior, no qual a imigração galega esteve inserida.

“Assim como não podemos entender a emigração galega sem analisar o contexto histórico das sociedades de origem e de acolhida, a evolução migratória galega desde as migrações intrapeninsulares e

a história dos pioneiros, tampouco podemos ignorar a influência lusa na história da emigração galega (...), que se estende para além do contato que tiveram dentro da península ibérica.” (SILVA, p. 453, 2006).

O perfil do imigrante galego, que em sua maioria vinha ao Brasil com a perspectiva de acumular capital suficiente para retornar à Galiza, apresentou elevado número de imigrantes homens, com preferência pela estadia na capital e núcleos urbanos. O caráter transitório e temporário de sua estadia no país se reflete consideravelmente nas relações sociais, familiares, políticas e empregatícias em que estão envolvidos. O interesse do Brasil pela mão de obra imigrante se dava no âmbito das lavouras, interessado em atrair braços às fazendas agrícolas. Os imigrantes galegos, por sua vez, só sentiam-se atraídos pelas profissões urbanas. O que impulsionou e os motivou a deixarem a Galícia foram as profundas transformações das estruturas econômicas que a região sofreu, dentre elas a estagnação das estruturas produtivas agrárias ou sua modernização insuficiente, além da escassa industrialização e comércio pouco desenvolvido. Viam na vinda à América a possibilidade de trabalho e certa monetização.

Em relação à cultura e aos movimentos de união em torno da preservação da cultura galega, não foi criada uma associação federal de entidades formadas por imigrantes galegos. Aquelas que foram criadas no país não alcançaram nem sequer a projeção no âmbito estadual, restringindo seu nível de influência às cidades nas quais foram criadas. Além disso, nenhuma delas se dispôs a assumir o cargo de coordenadoria, fazendo uma ponte entre elas. Essas Sociedades foram criadas com o objetivo de manter os vínculos de sociabilidade entre os galegos e para desenvolverem tarefas sociais, de auxílio mútuo e cultura. As sociedades de Instrução deveriam criar uma delegacia e nomear representantes que residissem em sua região na Galícia para serem delegados, para que assim, através desses delegados, quando não fosse possível que alguém da Sociedade fosse diretamente à Galícia, executassem as tarefas e projetos previstos.

Essas entidades, muitas vezes, se uniam para construir edifícios escolares em

seu lugar de procedência na Galícia. Além de contribuírem com financiamento para obras em sua região, ainda compravam terras, abriam escolas, incentivavam a modernização agrícola. Além disso, da América também chegavam periódicos e revistas, que falavam sobre sociedades urbanas, cuidados de higiene, moda e presença social da mulher. Portanto, da América vinham ideais filosóficos e políticos, sem a censura dos poderes políticos e religiosos locais. Ainda, retornam à Galícia os emigrantes que de lá saíram outrora e que agora retornam com espírito para se tornarem líderes dispostos a intervir na reforma social e política da sociedade.

Em relação aos periódicos, publicações e revistas, também não houve nenhum de projeção nacional, nem a pretensão de tornar-se porta-voz do coletivo espanhol. Percebemos a escassez de material desse tipo. Uma hipótese é a de que as políticas imigratórias brasileiras puderam, de certa forma, afetar a manifestação cultural dos estrangeiros. O temor estava relacionado a articulações políticas em torno do anarquismo e do sindicalismo revolucionário. A produção cultural dos imigrantes galegos foi bastante afetada pelas políticas nacionais, explicando em parte o vazio galeguista. Os acontecimentos da década de 1930 – Guerra Civil Espanhola, Estado Novo, Grande Depressão – contribuíram para o enfraquecimento dessas instituições, ou ainda foram responsáveis pelo seu fim, devido às cisões e divisões geradas internamente

“Assim se tratando, a associação entre eles só aconteceu com fins empresariais, de socorros mútuos e de lazer, mas não culturais. As representações dos galegos feitas nos discursos de autores brasileiros, e de estrangeiros não-imigrantes, que comentamos mostram, predominantemente, sujeitos pacatos, de pouca cultura e sem inquietudes intelectuais, aferrados ao seu destino de imigrantes, ou seja, ao destino de sujeitos concentrados na sua missão de reunirem poupanças através da execução de qualquer tarefa relegada aos estrangeiros.” (QUINTELA, p.890, 2008)

O perfil dos emigrantes galegos, localizado nas bibliografias consultadas, era o seguinte: eram pobres, mas não proletários; eram pequenos camponeses que mal viviam de umas terras, por uma parte, próprias, e, por outras, sujeitas a rendas. O lavrador galego dispunha de algum bem próprio ou familiar que podia hipotecar

para pagar os gastos da viagem, que se caracterizavam por dois mecanismos utilizados para emigrar: o primeiro, o parente que chama o emigrante, ou seja, as redes de solidariedade ou de parentesco; e, segundo, a forma de emigrar, baseada numa emigração espontânea, através do financiamento familiar dos gastos da viagem. Além disso, essa emigração era temporária, visto que o objetivo final dos galegos vindos ao Brasil era de retornar à sua terra, dado os seguintes motivos: as terras arrendadas que se objetivava comprar, o aumento do capital, o investimento na aldeia de origem e a família.

As características mais comuns do emigrante galego eram: homens jovens, com alguma alfabetização, que procediam da economia agrária e que se instalaram nas cidades, em setores como comércio e trabalhos urbanos. (Porém, uma pequena parte se dirigiu às fazendas cafeeiras e açucareiras). Na maioria das vezes, acabava ocupando postos de trabalho de baixa consideração social e de remuneração inferior, isso, pois possuíam pouca formação para o trabalho e seu domínio deficiente do espanhol (com exceção do emigrante que veio ao Brasil).

Os reflexos na Galícia, devido ao contato com os imigrantes que aqui estavam e mandavam notícias, foram sentidos desde os primeiros anos do século XX, em que puderam ser observados uma intensificação do movimento trabalhador, um avance no republicanismo, a constituição de um movimento agrário, com lutas e manifestações. Outro movimento de grande importância que chegou à região foram as ideias pedagógicas, em particular as da Escola Nova, provindas principalmente da Argentina, através das Sociedades de Instrução.

Na Galícia, começaram a surgir escolas financiadas com a ajuda de custo do imigrante que veio à América. Apresentavam condições de mobiliário e equipamento escolar e, ainda, proporcionava proximidade, que as fazia mais atrativas e mais eficazes, apesar da oposição que faziam a elas os poderes políticos locais e os setores eclesiásticos. Porém, sob elas recaíam críticas, como a de ser voltada para a preparação de jovens com predisposição a emigrarem para América – como haviam feito seus familiares – chegando ao ponto de serem

chamadas de "escolas de emigrantes". Isso provocou reações por parte de setores ideológicos regionalistas e nacionais, que diziam que essas escolas deviam pôr-se a serviço do desenvolvimento econômico e social, por uma Galícia sem imigração. Porém, no ano de 1936, os franquistas tomaram o poder e interromperam esse processo, assim paralisaram as iniciativas e experiências escolares que levariam ao desenvolvimento econômico, social e educacional da Galícia.

### **Referências Bibliográficas**

BELLOTTO, M. L. "A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936)"

BICCAS, M. S.; VIDAL, D. G. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970). Cultura e prática escolares. In: Diana Gonçalves Vidal. (Org.). *Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920 - 1930*. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, v. 1, p. 19-44.

COSTA RICO, A. *Emigrantes, escuelas y regeneración social: los emigrantes gallegos a América y el impulso a la educación (1879-1936)*. Revista Brasileira de Historia da Educação, No. 16, janeiro/abril, 2008, p. 13-45.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia. Das letras, 2007.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRUZINSKI, S. *A passagem do século; 1480-1520. As origens da globalização*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia. Das letras, 2001

GRUZINSKI, S.; BERNAND, C. *História do Novo Mundo: da descoberta à conquista de uma experiência Européia, 1492-1500*. 2ª. Edição. São Paulo: EDUSP, 2001.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. "Escolarização de Jovens e Adultos." in: *Revista Brasileira de Educação*, mai-ago, n. 14, 2000.

KREUTZ, L. A. Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive.(Orgs.) “ 500 Anos de Educação no Brasil” Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUINTELA, A. C. A aculturação dos galegos do Brasil: o vazio galeguista. Tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

SILVA, E. S. *O outro rio. A emigração galega a Rio de Janeiro*. Santa Comba (A Coruña): tresCtres, 2006.

SILVA, E. S. *História do Novo Mundo 2: As mestiçagens*. São Paulo: EDUSP, 2006.